

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Identificação

Área de Avaliação: **ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO**

Coordenadora de Área: Eliane Pereira Zamith Brito (FGV-SP)

Coordenadora-Adjunta de Área: Márcia Martins Mendes de Luca (UFC)

Coordenador-Adjunto Mestrado Profissional: Aridelmo José Campanharo Teixeira (FUCAPE)

I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área

No final de 2012 a área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo era composta por 131 programas de pós-graduação (PPG), sendo 40 programas com doutorado, 50 mestrados profissionais e 41 mestrados acadêmicos. Deste total, 121 serão avaliados na Trienal 2013, por estarem em funcionamento há mais de um ano. Do total de cursos avaliados na Trienal 2013, 75% iniciaram atividades nos anos 2000 e 40% começaram atividades nos últimos cinco anos. O número de cursos da área cresce a uma taxa anual de cerca de 10%.

Considerando os programas que serão submetidos à Avaliação Trienal 2013, eles estão distribuídos pelas subáreas da seguinte forma: 96 programas em Administração, sendo seis destes em Administração Pública; 19 programas em Ciências Contábeis; e seis programas em Turismo.

Quanto à distribuição dos programas na área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, por região do país, 61 estão na região Sudeste, 22 no Nordeste, 29 no Sul, seis no Centro-Oeste, e três no Norte. Destaca-se que, do total de programas com doutorado, 82% estão nas regiões Sul (13) e Sudeste (20). Essa distribuição demonstra que há carência de programas de doutorado na área nas regiões Centro Oeste, Norte e Nordeste do país.

Tabela 1 – Distribuição dos PPG por região geográfica

Região	DO (*)	ME/DO	MP	ME (**)	Total
Sudeste	1	19	23	18	61
Nordeste	0	5	9	8	22
Sul	1	12	7	9	29
Centro Oeste	0	2	3	1	6
Norte	0	0	1	2	3
Total programas	2	38	43	38	121

(*) PPG é composto apenas pelo curso de Doutorado

(**) PPG é composto apenas pelo curso de Mestrado Acadêmico

Destaca-se o aumento de programas de mestrado profissional na área, considerando que eram 26 em 2009. O trabalho desenvolvido pela CAPES, no último triênio, de esclarecimento e de definição de normas e orientações mais específicas para os mestrados profissionais foi essencial para esse aumento desta modalidade na área. As discussões sobre a identidade desses programas, sua

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

produção, além do corpo docente e perfil discente, foram importantes e trouxeram grandes contribuições, que terão reflexo no desenvolvimento dos programas.

Outro indicador do crescimento da área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo é o aumento do número de titulados. Em 2004, foram titulados 892 mestres, 487 mestres profissionais e 114 doutores, enquanto que em 2011 foram 1384 mestres, 572 mestres profissionais e 224 doutores. Destaca-se o expressivo aumento na quantidade de egressos dos cursos de doutorado nos últimos anos, como apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 – Quantidade de discentes titulados no período de 2004 a 2011

Nível de Titulação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Doutorado	114	116	112	111	134	185	168	224
Mestrado Acadêmico	892	1020	1133	1090	1316	1333	1301	1384
Mestrado Profissional	487	478	644	665	553	503	540	572

Quanto à avaliação dos programas, a Tabela 3 apresenta a distribuição das notas por modalidade de programa.

Tabela 3 – Distribuição dos programas por Nota

Nota	DO	ME/DO	MP	ME	Total
7	0	2	0	0	2
6	0	3	0	0	3
5	0	11	4	2	17
4	2	21	9	5	37
3	0	1	30	31	62
Total	2	38	43	38	121

Cabe ressaltar que os dois programas nota 7 estão localizados na região Sul e Sudeste e os três programas nota 6, instalados na região Sudeste. Os programas com notas 4 e 5 distribuem-se em todas as regiões, exceto na região Norte, onde há apenas mestrados iniciados na segunda metade da década passada. A Tabela 3 revela ainda que 51% dos programas possuem nota 3.

O corpo docente que atua nos programas da área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo é composto de 1795 professores atuando nas subáreas e com grande interação em áreas afins - economia, sociologia, comunicação, psicologia, estatística, engenharia de produção, direito, tecnologia da informação, dentre outras -, demonstrando o caráter interdisciplinar da área, representado ainda pela diversidade e qualidade da sua produção.

A produção científica da área teve um crescimento expressivo nos últimos anos, comprovada, em especial, pela publicação de artigos em periódicos internacionais com índices de impacto elevados para a grande área de Ciências Sociais Aplicadas, revelando a melhoria qualitativa da produção, além

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

de poder ser entendido como uma sinalização da inserção internacional dos programas. Levando em conta o número de periódicos com produção da área, houve um crescimento de mais de 300% de títulos entre 2007 (394 periódicos) e 2010 (1503 periódicos). No mesmo período, o fator de impacto para os periódicos com produção da área e classificados como A1, dobrou.

A área também tem ampliado os periódicos editados no país que estão se inserindo nas bases de indexação internacional (*Scopus* e *Web of Science*) e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) criou o Spell, que é um indexador dos periódicos da área nacionais.

No período de 2010 a 2012, a área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo teve 71 eventos apoiados com recursos do PAEP – Programa de Apoio a Eventos no País, envolvendo um montante de recursos no valor de R\$ 1.650.000,00, que possibilitou a realização de eventos para divulgação e intercâmbio de conhecimentos e experiências entre os pesquisadores da área.

EDUCAÇÃO BÁSICA

A área não tem, historicamente, atuado na perspectiva de contribuir com a educação básica como foco prioritário. Sua ação e conteúdos, de modo geral, são naturalmente associados aos negócios. Apesar disso, a área reconhece a relevância de garantir a qualidade na educação básica como elemento para o avanço da competitividade do país. A área entende que pode contribuir para reduzir o problema de diferentes formas. Assim, os coordenadores de programa da área indicaram durante os seminários de acompanhamento ações que podem ser promovidas pelos programas da área ao longo dos próximos anos. As sugestões foram agrupadas em categorias apresentadas abaixo.

1. Iniciação científica:

- Docentes do programa orientam PIBIC Junior, ou seja, projetos de iniciação científica integrando alunos da educação básica;
- Criação de programas "Aprendendo com Ciência", com os quais alunos na educação básica seriam envolvidos em atividades de pesquisa do programa.

2. Participação direta na educação básica:

- Educação contábil e financeira para alunos na educação básica;
- Participação de professores em projetos de extensão em escolas públicas;
- Motivar a participação de professores em projetos de democratização da ciência, com foco em alunos na educação básica;
- Palestras de docentes e discentes em escolas da educação básica;
- Desenvolver a ideia de empreendedorismo [econômico e social] na educação básica;
- Curso de introdução profissional para alunos da educação básica.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

3. Gestão escolar:

- Desenvolvimento de tecnologia/ferramentas/soluções de gestão escolar;
- Ações/programas de gestão acadêmica visando à melhoria do desempenho de gestão de escolas;
- Desenvolver programas e pesquisas sobre gestão educacional e convidar diretores de escolas para participarem;
- Treinamento/capacitação dos diretores gestores da escola;
- Estudos acadêmicos para a proposição de práticas que ajudem os gestores com o problema da evasão escolar;
- Atrair diretores de escola pública para mestrado profissional em administração;
- Parceria com a área de educação para o desenvolvimento de ferramentas e soluções de gestão escolar.

INTERDISCIPLINARIDADE

Considerando estudos interdisciplinares aqueles desenvolvidos a partir de várias disciplinas e cujos *corpus* de conhecimento e métodos de investigação são integrados, criando uma nova perspectiva para analisar um fenômeno e expandindo as fronteiras do conhecimento, alguns programas da área apresentam propostas interdisciplinares. Estes programas compõem seu núcleo de docentes com doutores de diferentes áreas do conhecimento, que passam a trabalhar juntos integrando conhecimento e métodos de pesquisa de suas áreas de origem para estudar os complexos fenômenos objetos da área e suas propostas de formação discente acompanham esta lógica. Outros programas da área usam conhecimento e métodos de várias disciplinas sem integrá-los, caracterizando-se como cursos multidisciplinares, mas há outros com características disciplinar. Portanto, não é possível afirmar que a área é homogeneamente caracterizada como interdisciplinar ou disciplinar.

Muitos dos Mestrados Profissionais da área mais recentes têm se caracterizado como mais específicos, mas ao mesmo tempo torna-se mais evidente quais áreas de conhecimento estão sendo aportadas e integradas para a sua implantação; por exemplo, Mestrado Profissional em Gestão e Inovação na Indústria Animal ou Mestrado Profissional em Gestão em Sistemas de Saúde ou ainda Mestrado Profissional em Turismo e Meio Ambiente.

A interdisciplinaridade deve se acentuar em razão do aumento da complexidade dos fenômenos que são tratados pela área. Portanto, o avanço das fronteiras do conhecimento da área passa pela intensificação da interdisciplinaridade e multidisciplinaridade. Este panorama requer cuidado extra no processo de avaliação dos programas, de modo que os “desiguais” – programas interdisciplinares, os multidisciplinares e os disciplinares - não sejam avaliados como se fossem iguais. É necessário atentar mais fortemente para o perfil do egresso pretendido pelo programa e se este resultado está sendo alcançado.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

II. Requisitos e orientações sobre Propostas de Cursos Novos

MESTRADO (ACADÊMICO)

1. PROPOSTA DO CURSO

Recomendações da área no que se refere ao perfil do programa, formação teórica e metodológica, etc.

Serão analisadas as informações registradas na proposta sobre a sua relevância e impacto regional, nacional ou internacional. Além disso, serão analisados os objetivos do curso, as áreas de concentração, as linhas de pesquisa e a estrutura curricular, considerando os critérios abaixo.

A(s) área(s) de concentração aponta(m), de maneira clara, a área do conhecimento do programa, os contornos gerais de sua especialidade na produção intelectual e na formação de seus mestres ou doutores. As linhas de pesquisa expressam a especificidade de produção de conhecimento da respectiva área de concentração, ou seja, representam um recorte específico e bem delimitado da área de concentração. Propostas com área de concentração e linhas de pesquisa inovadoras e com características interdisciplinares se bem articuladas e desenvolvidas serão bem avaliadas.

Não deve haver duplicação de cursos em uma mesma IES, ou seja, na avaliação das propostas de cursos novos será levada em consideração a existência de cursos assemelhados na mesma IES.

Os projetos desenvolvidos, assim como as disciplinas ou seminários oferecidos aos alunos devem guardar coerência com as linhas de pesquisa. A estrutura curricular deve apresentar um núcleo de disciplinas ou seminários de tratamento metodológico relacionado às áreas de concentração, além de disciplinas ou seminários com conteúdos relacionados às linhas de pesquisa. As ementas – síntese ou sumário dos conteúdos temáticos a serem trabalhados em cada disciplina – devem indicar focos teóricos previstos e o estado da arte nos temas abordados. A bibliografia indicada nos programas das disciplinas deve representar uma listagem básica de referências, contendo livros e artigos clássicos e textos científicos, preferencialmente de artigos publicados em periódicos acadêmicos de referência, que representem o estado da arte no tema. Será verificado também se as disciplinas fornecem suporte teórico e metodológico para a adequada formação dos alunos.

O curso de mestrado deve contemplar um mínimo de 360 horas em disciplinas, seminários, ou atividades equivalentes.

A proposta deve indicar o processo de seleção de alunos, com os requisitos de entrada, periodicidade e número de ingressantes por período.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Anexar o regimento do programa de pós-graduação explicitando o processo de seleção de alunos.

É desejável que o grupo de docentes que propõem o curso já trabalhe de forma articulada em grupos de pesquisa na IES promotora do curso.

2. CORPO DOCENTE

Requisitos mínimos, estabelecidos pela área, para composição do corpo docente do novo curso.

Será analisada a compatibilidade do corpo docente em relação às áreas de concentração e perfil do programa, visando à identificação de eventuais fragilidades ou dependência de membros externos. Será analisada também a especialidade e adequação do núcleo de docentes permanentes em relação à proposta do programa. Para tanto, será observado em que medida o perfil desse núcleo é compatível com a referida proposta.

A titulação dos docentes deve ser diversificada quanto a ambientes e instituições. Não é recomendável corpo docente constituído por egressos de apenas um curso de doutorado.

Não será verificado se os professores do núcleo de docentes permanentes têm formação específica em Administração, Ciências Contábeis ou Turismo, conforme a subárea do programa, mas se esse núcleo teve atuação, em pesquisa e docência, compatível com o tipo de profissional que o programa se propõe formar. Portanto, é necessário evidenciar que o corpo docente permanente é capaz de sustentar adequadamente as linhas de pesquisa.

Cada linha de pesquisa deve contar com a participação de, no mínimo, quatro docentes permanentes e o curso mestrado deve ter um corpo docente permanente de pelo menos 8 professores. Os docentes permanentes podem ser compartilhados entre as linhas de atuação, mas o número mínimo de professores deve ser o número de linhas multiplicado por quatro. Portanto, uma proposta com, por exemplo, três linhas de atuação deve contar com 12 docentes permanentes.

Será verificado o compartilhamento de professores entre cursos de pós-graduação, permitindo-se que no máximo 50% dos docentes permanentes participem em dois programas acadêmicos, seja o segundo programa na mesma instituição ou em outra instituição. A proporção máxima admitida de compartilhamento de professores com um programa profissional é de 70% do corpo docente permanente.

Em todos os casos de docentes atuando em dois cursos (mestrado profissional ou acadêmico) será analisada a carga somada de trabalho (curso 1 + curso 2) para cada docente e verificado se a somatória não ultrapassa os limites definidos pela CAPES (Portaria CAPES nº 01, de 04 de janeiro de 2012). A caracterização do perfil docente – permanente, colaborador, visitante – será feita pela área, tendo como base a Portaria CAPES nº 02, de 04 de janeiro de 2012.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

De acordo com o artigo 3º da Portaria CAPES nº 01, de 04 de janeiro de 2012, um professor pode, excepcional e temporariamente, atuar como docente permanente em até três programas de pós-graduação nas seguintes situações:

- Nos casos em que o terceiro programa for um curso da região norte e dos estados de GO, MT, MS e que estejam nas áreas prioritárias: tecnológicas e formação de professores para a educação básica;
- No caso em que o terceiro programa for um curso de mestrado profissional;
- No caso em que o terceiro programa for um curso de pós-graduação em temas de inovação científica e/ou tecnológica e de relevância estratégica para o país.

Podem também compor até 30% do núcleo de docentes permanentes, professores que:

- Recebam bolsa de fixação de agência de fomento;
- Forem cedidos por convênio formal e dedique pelo menos 20 horas semanais ao programa;
- Tenham vínculo mínimo de 20 horas com a instituição mantenedora e vínculo com outra organização, desde que a soma dos vínculos não ultrapasse 60 horas semanais;
- Tenham vínculo de 40h com a IES mantenedora em cargo técnico.

Os títulos obtidos no exterior devem ser revalidados no Brasil, conforme determina a Resolução CNE/CES nº 001/2001.

Devem estar previstos mecanismos com critérios para o credenciamento e a renovação de credenciamento de professores no programa, bem como de critérios e procedimentos para credenciamento de orientadores. Anexar o regimento do programa de pós-graduação explicitando estes critérios.

Os docentes devem demonstrar experiência anterior em orientação de mestrado, doutorado ou iniciação científica. Pelo menos 50% dos docentes do núcleo de docentes permanentes devem ter este tipo de experiência.

3. ATIVIDADE DE PESQUISA

Requisitos da área para a organização das linhas e atividades de pesquisa.

O programa deve ter, no mínimo, um grupo de pesquisa registrado na plataforma do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Recomenda-se que cada docente permanente coordene um projeto de pesquisa que esteja em andamento.

São especialmente valorizados os projetos com financiamento obtido junto a agências ou organizações que fomentam a pesquisa científica e que selecionam os projetos para financiamento por processos competitivo e com avaliação por pares. É relevante ressaltar os produtos (produções bibliográficas, tecnológicas, orientações em processo ou concluídas e vinculadas a ele) do projeto.

Os grupos e projetos de pesquisa devem ser coerentes com: a especialização dos docentes; as linhas de pesquisa do programa; sua(s) área(s) de concentração; e o perfil de egresso pretendido.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

4. PRODUÇÃO INTELECTUAL

Critérios e recomendações da área quanto à produção bibliográfica, técnica e/ou artística do curso novo.

Para avaliação desse item será calculada a pontuação média anual por docente permanente da produção bibliográfica publicada sob a forma de artigos em periódicos qualificados no Qualis, livros e capítulos de livros devidamente avaliados por Comitê de Avaliação.

Não serão computados para o cálculo de pontos de produção os trabalhos completos em anais, resumos ou outras formas de publicação em congressos.

A pontuação média será calculada acumulando-se a pontuação correspondente à produção qualificada total nos últimos três anos do total de docentes permanentes, evitando-se múltiplas contagens, caso contemplasse múltiplos autores do mesmo programa para o mesmo item/obra, e dividindo-se o total de pontos pelo número total de docentes permanentes.

A produção intelectual deverá preencher critérios quantitativos e qualitativos mínimos definidos pela área de avaliação para um Programa com nota 3, no caso de propostas de mestrado e nota 4, para propostas de doutorado.

Além disso, a produção intelectual deve guardar estreita relação com a proposta, a(s) área(s) de concentração e/ou linhas de pesquisa.

Para avaliação da produção intelectual, serão consideradas as publicações dos três anos que antecedem a apresentação da proposta.

No caso de cursos com caráter interdisciplinar e cuja produção tenha ocorrido em periódico não classificado pela área ainda, serão considerados os critérios para classificação de periódicos vigentes na área para periódicos com fator de impacto Journal of Citation Reports da Thomson Reuters ou índice H da Base Scopus ou a classificação no Qualis Periódicos de outras áreas nos demais casos.

Vale lembrar que o perfil docente tem que estar alinhado com a proposta do curso. A produção docente é um critério para avaliar este alinhamento.

Será analisada a produção tecnológica e técnica do programa, sua importância para o desenvolvimento científico e tecnológico, âmbito de circulação e disseminação. Esta é uma importante contribuição que os programas de pós-graduação vinculados à área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo têm oferecido à comunidade em geral. A avaliação do item será realizada qualitativamente.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

5. INFRAESTRUTURA DE ENSINO E PESQUISA

Recomendações específicas da área sobre o comprometimento institucional para a implantação e o êxito do curso novo (ex.: biblioteca, acesso à Internet, laboratórios, etc.).

Deve estar evidenciado: que a IES disponibilizará salas de aula e demais recursos administrativos e físicos necessários à condução das atividades letivas e ao seu adequado funcionamento do curso, ou seja, deve ser indicada a existência e a adequação de: sala de aulas; sala para docentes; sala para alunos; laboratórios específicos ao desenvolvimento de atividades da proposta; biblioteca com acervo de livros e periódicos nas áreas nas quais o programa se concentra; e assinatura de bases de dados, ou outras formas de acesso eletrônico à produção intelectual atualizada e clássica da área.

Estes recursos devem atender às necessidades do Programa e das pesquisas dos docentes e discentes.

6. OUTRAS

Outras recomendações que a área julga importantes para a implantação e êxito do curso novo.

O compromisso institucional com a implantação do curso deve estar claramente explicitado pela documentação das instâncias de deliberação pertinentes.

Apoio institucional se materializa em atos e documentos oficiais de aprovação da proposta do curso e autorização para seu funcionamento no âmbito institucional, mas também nas condições concretas de contratação do corpo docente em número e com formação adequadas e infraestrutura adequada para as atividades do novo programa.

DOUTORADO

1. PROPOSTA DO CURSO

Recomendações da área no que se refere ao perfil do programa, formação teórica e metodológica, etc.

Serão analisadas as informações registradas na proposta sobre a sua relevância e impacto regional, nacional ou internacional. Além disso, serão analisados os objetivos do curso, as áreas de concentração, as linhas de pesquisa e a estrutura curricular, considerando os critérios abaixo.

A(s) área(s) de concentração aponta(m), de maneira clara, a área do conhecimento do programa, os contornos gerais de sua especialidade na produção intelectual e na formação de seus mestres ou doutores. As linhas de pesquisa expressam a especificidade de produção de conhecimento da respectiva área de concentração, ou seja, representam um recorte específico e bem delimitado da área de concentração. Propostas com área de concentração e linhas de pesquisa inovadoras e com

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

características interdisciplinares se bem articuladas e desenvolvidas serão bem avaliadas.

Não deve haver duplicação de cursos em uma mesma IES, ou seja, na avaliação das propostas de cursos novos será levada em consideração a existência de cursos assemelhados na mesma IES.

Os projetos desenvolvidos, assim como as disciplinas ou seminários oferecidos aos alunos devem guardar coerência com as linhas de pesquisa. A estrutura curricular deve apresentar um núcleo de disciplinas ou seminários de tratamento metodológico relacionado às áreas de concentração, além de disciplinas ou seminários com conteúdos relacionados às linhas de pesquisa. As ementas – síntese ou sumário dos conteúdos temáticos a serem trabalhados em cada disciplina – devem indicar focos teóricos previstos e o estado da arte nos temas abordados. A bibliografia indicada nos programas das disciplinas deve representar uma listagem básica de referências, contendo livros e artigos clássicos e textos científicos, preferencialmente de artigos publicados em periódicos acadêmicos de referência, que representem o estado da arte no tema. Será verificado também se as disciplinas fornecem suporte teórico e metodológico para a adequada formação dos alunos.

O curso de doutorado deve contemplar um mínimo de 540 horas em disciplinas, seminários, ou atividades equivalentes.

A proposta deve indicar o processo de seleção de alunos, com os requisitos de entrada, periodicidade e número de ingressantes por período.

Anexar o regimento do programa de pós-graduação explicitando o processo de seleção de alunos.

É desejável que o grupo de docentes que propõem o curso já trabalhe de forma articulada em grupos de pesquisa na IES promotora do curso.

2. CORPO DOCENTE

Requisitos mínimos, estabelecidos pela área, para composição do corpo docente do novo curso.

Será analisada a compatibilidade do corpo docente em relação às áreas de concentração e perfil do programa, visando à identificação de eventuais fragilidades ou dependência de membros externos. Será analisada também a especialidade e adequação do núcleo de docentes permanentes em relação à proposta do programa. Para tanto, será observado em que medida o perfil desse núcleo é compatível com a referida proposta.

A titulação dos docentes deve ser diversificada quanto a ambientes e instituições. Não é recomendável corpo docente constituído por egressos de apenas um curso de doutorado.

Não será verificado se os professores do núcleo de docentes permanentes têm formação específica em Administração, Ciências Contábeis ou Turismo, conforme a subárea do programa, mas se esse núcleo teve atuação, em pesquisa e docência, compatível com o tipo de profissional que o programa

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

se propõe formar. Portanto, é necessário evidenciar que o corpo docente permanente é capaz de sustentar adequadamente as linhas de pesquisa.

Cada linha de pesquisa deve contar com a participação de, no mínimo, quatro docentes permanentes e o doutorado deve contar com pelo menos 12 professores, incluindo aqueles que atuam no mestrado, se for o caso. Os docentes permanentes podem ser compartilhados entre as linhas de atuação, mas o número mínimo de professores deve ser o número de linhas multiplicado por quatro. Portanto, uma proposta com, por exemplo, três linhas de atuação, deve contar com 12 docentes permanentes.

Será verificado o compartilhamento de professores entre cursos de pós-graduação, permitindo-se que no máximo 50% dos docentes permanentes participem em dois programas acadêmicos, seja o segundo programa na mesma instituição ou em outra instituição. A proporção máxima admitida de compartilhamento de professores com um programa profissional é de 70% do corpo docente permanente.

Em todos os casos de docentes atuando em dois cursos (mestrado profissional ou acadêmico) será analisada a carga somada de trabalho (curso 1 + curso 2) para cada docente e verificado se a somatória não ultrapassa os limites definidos pela CAPES (Portaria CAPES nº 01, de 04 de janeiro de 2012). A caracterização do perfil docente – permanente, colaborador, visitante – será feita pela área, tendo como base a Portaria CAPES nº 02, de 04 de janeiro de 2012.

De acordo com o artigo 3º da Portaria CAPES nº 01, de 04 de janeiro de 2012, um professor pode, excepcional e temporariamente, atuar como docente permanente em até três programas de pós-graduação nas seguintes situações:

- Nos casos em que o terceiro programa for um curso da região norte e dos estados de GO, MT, MS e que estejam nas áreas prioritárias: tecnológicas e formação de professores para a educação básica;
- No caso em que o terceiro programa for um curso de mestrado profissional;
- No caso em que o terceiro programa for um curso de pós-graduação em temas de inovação científica e/ou tecnológica e de relevância estratégica para o país.

Podem também compor até 30% do núcleo de docentes permanentes, professores que:

- Recebam bolsa de fixação de agência de fomento;
- Forem cedidos por convênio formal e dedique pelo menos 20 horas semanais ao programa;
- Tenham vínculo mínimo de 20 horas com a instituição mantenedora e vínculo com outra organização, desde que a soma dos vínculos não ultrapasse 60 horas semanais;
- Tenham vínculo de 40h com a IES mantenedora em cargo técnico.

Os títulos obtidos no exterior devem ser revalidados no Brasil, conforme determina a Resolução CNE/CES nº 001/2001.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Devem estar previstos mecanismos com critérios para o credenciamento e a renovação de credenciamento de professores no programa, bem como de critérios e procedimentos para credenciamento de orientadores de doutorado. Anexar o regimento do programa de pós-graduação explicitando estes critérios.

Os docentes devem demonstrar experiência anterior em orientação de mestrado, doutorado ou iniciação científica. Pelo menos 50% dos docentes do núcleo de docentes permanentes devem ter este tipo de experiência.

3. ATIVIDADE DE PESQUISA

Requisitos da área para a organização das linhas e atividades de pesquisa.

O programa deve ter no mínimo um grupo de pesquisa registrado na plataforma do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Recomenda-se que cada docente permanente coordene um projeto de pesquisa que esteja em andamento.

São especialmente valorizados os projetos com financiamento obtido junto a agências ou organizações que fomentam a pesquisa científica e que selecionam os projetos para financiamento por processos competitivo e com avaliação por pares. É relevante ressaltar os produtos (produções bibliográficas, tecnológicas, orientações em processo ou concluídas e vinculadas a ele) do projeto.

Os grupos e projetos de pesquisa devem ser coerentes com: a especialização dos docentes; as linhas de pesquisa do programa; sua(s) área(s) de concentração; e o perfil de egresso pretendido.

4. PRODUÇÃO INTELECTUAL

Critérios e recomendações da área quanto à produção bibliográfica, técnica e/ou artística do curso novo.

Para avaliação desse item será calculada a pontuação média anual por docente permanente da produção bibliográfica publicada sob a forma de artigos em periódicos qualificados no Qualis, livros e capítulos de livros devidamente avaliados por Comitê de Avaliação ou uma estimativa da classificação, no caso de livros não avaliados pela área. Nestes casos, será considerado que o livro está classificado no estrato que foi a moda da distribuição de classificações realizadas pela área no triênio anterior.

Não serão computados para o cálculo de pontos de produção os trabalhos completos em anais, resumos ou outras formas de publicação em congressos.

A pontuação média será calculada acumulando-se a pontuação correspondente à produção qualificada total nos últimos três anos do total de docentes permanentes, evitando-se múltiplas contagens, caso contemplasse múltiplos autores do mesmo programa para o mesmo item/obra, e

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

dividindo-se o total de pontos pelo número total de docentes permanentes.

A produção intelectual deverá preencher critérios quantitativos e qualitativos mínimos definidos pela área de avaliação para um Programa com nota 3, no caso de propostas de mestrado e nota 4, para propostas de doutorado.

Além disso, a produção intelectual deve guardar estreita relação com a proposta, a(s) área(s) de concentração e/ou linhas de pesquisa.

Para avaliação da produção intelectual, serão consideradas as publicações dos três anos que antecedem a apresentação da proposta.

No caso de cursos com caráter interdisciplinar e cuja produção tenha ocorrido em periódico não classificado pela área ainda, serão considerados os critérios para classificação de periódicos vigentes na área para periódicos com fator de impacto Journal of Citation Reports da Thomson Reuters ou índice H da Base Scopus ou a classificação no Qualis Periódicos de outras áreas nos demais casos.

Vale lembrar que o perfil docente tem que estar alinhado com a proposta do curso. A produção docente é um critério para avaliar este alinhamento.

Será analisada a produção tecnológica e técnica do programa, sua importância para o desenvolvimento científico e tecnológico, âmbito de circulação e disseminação. Esta é uma importante contribuição que os programas de pós-graduação vinculados à área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo têm oferecido à comunidade em geral. A avaliação do item será realizada qualitativamente.

5. INFRAESTRUTURA DE ENSINO E PESQUISA

Recomendações específicas da área sobre o comprometimento institucional para a implantação e o êxito do curso novo (ex.: biblioteca, acesso à Internet, laboratórios, etc.).

Deve estar evidenciado: que a IES disponibilizará salas de aula e demais recursos administrativos e físicos necessários à condução das atividades letivas e ao seu adequado funcionamento do curso, ou seja, deve ser indicada a existência e a adequação de: sala de aulas; sala para docentes; sala para alunos; laboratórios específicos ao desenvolvimento de atividades da proposta; biblioteca com acervo de livros e periódicos nas áreas nas quais o programa se concentra; e assinatura de bases de dados, ou outras formas de acesso eletrônico à produção intelectual atualizada e clássica da área.

Estes recursos devem atender às necessidades do Programa e das pesquisas dos docentes e discentes.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

6. OUTRAS

Outras recomendações que a área julga importantes para a implantação e êxito do curso novo.

O compromisso institucional com a implantação do curso deve estar claramente explicitado pela documentação das instâncias de deliberação pertinentes.

Apoio institucional se materializa em atos e documentos oficiais de aprovação da proposta do curso e autorização para seu funcionamento no âmbito institucional, mas também nas condições concretas de contratação do corpo docente em número e com formação adequadas e infraestrutura adequada para as atividades do novo programa.

MESTRADO PROFISSIONAL

1. PROPOSTA DO CURSO

Recomendações da área no que se refere ao perfil do programa, formação teórica e metodológica, etc.

A proposta deve apresentar claramente qual é seu objetivo e a justificativa para a sua implantação. Estes objetivos devem ser coerentes com os objetivos da área, isto é, deve haver compatibilidade com o campo científico no qual a proposta se insere.

A proposta deve explicitar ainda a pertinência da(s) área(s) de concentração e desta(s) com as linhas de atuação e projetos em desenvolvimento. Não deve haver duplicação de cursos em uma mesma Instituição de Ensino Superior (IES), ou seja, na avaliação das propostas de cursos novos será levada em consideração a existência de cursos assemelhados na mesma IES. Portanto, é extremamente importante a descrição clara e específica do perfil do profissional a ser formado.

A proposta do programa deve refletir claramente a compreensão dos docentes, acerca das finalidades da pós-graduação *stricto sensu*, havendo nítida separação entre a formação especializada e a formação acadêmica ou profissional no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*.

Um aspecto central na avaliação da proposta será a análise da relevância local, regional ou temática da proposta e do perfil de egresso pretendido.

No caso do mestrado profissional, são imprescindíveis que sejam apresentadas organizações interessadas na formação de seus profissionais com o perfil do curso proposto e, preferencialmente, explicitar a possibilidade de financiamento desta formação.

Faz parte da proposta do programa a explicitação da estrutura curricular, nela incluídos o conjunto de disciplinas oferecidas e a forma de organização do curso (modular, flexível, com ou sem disciplinas

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

obrigatórias, etc.), além do número mínimo de créditos, que devem ser obtidos em disciplinas. O programa de mestrado deve contemplar um mínimo de 24 créditos, equivalentes a 360 horas em disciplinas ou atividades equivalentes e pertinentes à proposta do curso. A estrutura curricular deve ser adequada para a sustentação e desenvolvimento das linhas de atuação e projetos de pesquisa e desenvolvimento, sem redundância com a formação lato sensu. O curso deve proporcionar formação em pesquisa, devendo contemplar disciplinas que possam dar aos alunos os fundamentos metodológicos para a prática da pesquisa e para a incorporação dos resultados de pesquisa em sua prática de modo a qualificar o exercício profissional.

A estrutura curricular deve apresentar de forma objetiva e coerente vínculo com a finalidade do curso (perfil de egresso) e consistentemente vinculada à sua especificidade, enfatizando a articulação entre conhecimento atualizado, domínio de metodologia pertinente e aplicação orientada para o campo profissional, um núcleo de disciplinas ou seminários de métodos relacionados às áreas de concentração, além de disciplinas ou seminários ou oficinas com conteúdo prático relacionado às linhas de atuação.

As ementas - síntese ou sumário dos conteúdos temáticos a serem trabalhados em cada disciplina - devem indicar o foco teórico e/ou aplicado da abordagem prevista e o estado da arte no tema. A bibliografia indicada nos programas das disciplinas deve representar uma listagem básica de referências, contendo livros clássicos, textos científicos e de aplicação orientada para o campo profissional, de preferência artigos publicados em periódicos de bom nível, que representem o estado da arte no tema, tanto no campo teórico quanto no aplicado.

Anexar o regimento do programa de pós-graduação explicitando os critérios de credenciamento dos docentes e especificamente dos orientadores de trabalhos de conclusão; processo e periodicidade de seleção de alunos, número de vagas, critérios de avaliação.

Deixar claro o número de orientadores e o número de vagas oferecidas.

2. CORPO DOCENTE

Requisitos mínimos, estabelecidos pela área, para composição do corpo docente do novo curso.

O corpo docente deve ser constituído de, no mínimo, oito docentes permanentes e deve ser integrado de forma equilibrada por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada, desenvolvimento e à inovação, conforme Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009. A experiência dos docentes permanentes deve ser coerente com a área de concentração e linhas de atuação da proposta.

Os docentes permanentes podem ser compartilhados entre as linhas de atuação, mas o número mínimo de professores deve ser o número de linhas multiplicado por quatro. Portanto, uma proposta com, por exemplo, três linhas de atuação, deve contar com 12 docentes permanentes.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

O docente poderá participar como permanente em outro programa de pós-graduação da mesma ou de outra Instituição desde que demonstre a viabilidade dessa atuação, ou seja, a somatória de suas atividades nos dois programas respeite os limites estabelecidos pela CAPES (Portaria CAPES nº 01, de 04 de janeiro de 2012) e/ou pela área em termos do número de orientandos (mínimo de dois no programa e máximo oito na somatória dos programas) e carga mínima em disciplinas no programa de 30 horas por ano - excessos e má distribuição das disciplinas entre os professores do núcleo de docentes permanentes (NDP) contarão negativamente.

A proporção máxima admitida de compartilhamento de professores em dois programas (acadêmico ou profissional) é de 70% do corpo docente permanente. De acordo com o artigo 3º da Portaria CAPES nº 01, de 04 de janeiro de 2012, um professor pode, excepcional e temporariamente, atuar como docente permanente em até três programas de pós-graduação nas seguintes situações:

- Nos casos em que o terceiro programa for um curso da região norte e dos estados de GO, MT, MS e que estejam nas áreas prioritárias: tecnológicas e formação de professores para a educação básica;
- No caso em que o terceiro programa for um curso de mestrado profissional;
- No caso em que o terceiro programa for um curso de pós-graduação em temas de inovação científica e/ou tecnológica e de relevância estratégica para o país.

Podem também compor até 30% do núcleo de docentes permanentes, professores que:

- Recebam bolsa de fixação de agência de fomento;
- Forem cedidos por convênio formal e dedique pelo menos 20 horas semanais ao programa;
- Tenham vínculo mínimo de 20 horas com a instituição mantenedora e vínculo com outra organização, desde que a soma dos vínculos não ultrapasse 60 horas semanais;
- Tenham vínculo de 40h com a IES mantenedora em cargo técnico.

Os títulos obtidos no exterior devem ser revalidados no Brasil, conforme determina a Resolução CNE/CES nº 001/2001.

Os professores que constituem o núcleo de docentes permanentes devem ter perfil alinhado à proposta do curso, ou seja, sua atuação deve contribuir fortemente para o desenvolvimento de formação discente do curso, incluindo nesta avaliação a produção intelectual pertinente à área(s) de concentração e/ou linha(s) de atuação do curso.

Deve ser evidenciado que o corpo docente já trabalha junto nos temas das linhas de atuação da proposta e há produtos, frutos desses trabalhos.

A proposta pode contar também com a participação de docentes colaboradores, mas não pode ser caracterizada dependência do programa a esta categoria de professor para as atividades de docência e orientação. A produção científica dos colaboradores não será considerada na avaliação da produtividade docente do programa.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Os docentes devem demonstrar experiência anterior em orientação de mestrado, doutorado ou iniciação científica. Pelo menos 50% dos docentes do núcleo de docentes permanentes devem ter este tipo de experiência.

3. ATIVIDADE DE PESQUISA

Requisitos da área para a organização das linhas e atividades de pesquisa.

Os projetos de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico apresentados na proposta devem guardar coerência com as linhas de atuação do programa. Projetos isolados poderão existir desde que apresentem contribuição efetiva para o programa.

O programa deve demonstrar capacidade para obtenção de recursos de fomento à pesquisa ou desenvolvimento técnico-científico. São especialmente valorizados os projetos com financiamento obtido em processos competitivo e julgamento por pares, incluindo fontes do setor privado, organizações não governamentais, entre outros. Pelo menos parte dos projetos deve ser de desenvolvimento tecnológico.

É fundamental que os projetos estejam distribuídos entre os membros do corpo docente, ou seja, não estejam excessivamente concentrados em apenas alguns dos docentes.

4. PRODUÇÃO INTELECTUAL

Critérios e recomendações da área quanto à produção bibliográfica, técnica e/ou artística do curso novo.

A produção intelectual deve guardar estreita relação com a proposta, a(s) área(s) de concentração e/ou linhas de atuação.

A produção intelectual deverá preencher critérios quantitativos e qualitativos mínimos definidos pela área de avaliação para um Mestrado Profissional com nota 3. Em especial, será observada a distribuição da produção entre os professores do núcleo permanente.

Serão considerados os produtos dos três anos que antecedem a apresentação da proposta.

Consultar o Qualis Periódicos da área ou os critérios para classificação de periódicos adotados pela área na página da área no endereço <http://www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4649-administracao-ciencias-contabeis-e-turismo>.

No caso de livros e capítulos será considerada a classificação atribuída ao livro pela área ou uma estimativa da classificação, no caso de livros não avaliados pela área. Nestes casos, será considerado que o livro está classificado no estrato que foi a moda da distribuição de classificações realizadas pela área no triênio anterior.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

A produção tecnológica será considerada na avaliação da produtividade docente. O alinhamento dos produtos tecnológicos com a proposta do curso será analisado. Os produtos científico-tecnológicos que serão considerados foram definidos a partir da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009 e foram agrupados em três classes típicas para a área. A Classe 1 comporta os tipos mais relevantes e de maior grau de dificuldade para a sua produção. A Classe 2 seria o grupo intermediário em termos de relevância e dificuldade de produção e o último grupo neste espectro seria a Classe 3. Os tipos de produção considerados pela área em cada classe estão listados na sequência.

- Classe 1: Publicações tecnológicas em periódicos; Registros de softwares, inclusive depósito de software livre em repositório reconhecido ou obtenção de licenças alternativas ou flexíveis para produção intelectual, desde que demonstrado o uso pela comunidade acadêmica ou pelo setor produtivo; Desenvolvimento de produtos, processos e técnicas; Protótipo para desenvolvimento de equipamentos e produtos específicos; Consultoria para organizações públicas/privadas; e Assessoria técnica para organizações públicas/privadas.
- Classe 2: Produção de programas de mídia; Manuais de operação técnica, protocolo experimental ou de aplicação ou adequação tecnológica; Produção artística; Modelo de Gestão; e Tecnologia de Gestão.
- Classe 3: Desenvolvimento de aplicativos e materiais didáticos e instrucionais, estudo de casos, jogos; Realização de pesquisa de mercado; e Relatório Técnico.

Não serão computados para o cálculo de pontos de produção os trabalhos completos em anais, resumos ou outras formas de publicação em congressos.

5. INFRAESTRUTURA DE ENSINO E PESQUISA

Recomendações específicas da área sobre o comprometimento institucional para a implantação e o êxito do curso novo (ex.: biblioteca, acesso à Internet, laboratórios, etc.).

Deve estar evidenciado: que a IES disponibilizará salas de aula e demais recursos administrativos e físicos necessários à condução das atividades letivas e ao seu adequado funcionamento do curso, ou seja, deve ser indicada a existência e a adequação de: sala de aulas; sala para docentes; sala para alunos; laboratórios específicos ao desenvolvimento de atividades da proposta; biblioteca com acervo de livros e periódicos nas áreas nas quais o programa se concentra; e assinatura de bases de dados, ou outras formas de acesso eletrônico à produção intelectual atualizada e clássica da área.

Estes recursos devem atender às necessidades do Programa e das pesquisas dos docentes e discentes.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

6. Outras recomendações que a área julga importantes para a implantação e êxito do curso novo.

O compromisso institucional com a implantação do curso deve estar claramente explicitado pela documentação das instâncias de deliberação pertinentes.

Apoio institucional se materializa em atos e documentos oficiais de aprovação da proposta do curso e autorização para seu funcionamento no âmbito institucional, mas também nas condições concretas de contratação do corpo docente em número e com formação adequadas e infraestrutura adequada para as atividades do novo programa.

III. Considerações gerais sobre a Avaliação Trienal 2013

A importância relativa dos cinco quesitos de avaliação – proposta do curso, corpo docente, corpo discente, teses e dissertações/trabalhos de conclusão, produção intelectual e inserção social – foi mantida igual àquela definida no triênio 2007-2009, tanto para os programas acadêmicos, quanto para os profissionais.

Por outro lado, o peso de alguns itens que compõem os quesitos foi modificado para melhor capturar as características que importam na avaliação da qualidade da formação discente dos programas da área.

Nos programas acadêmicos, a qualidade dos trabalhos de conclusão (item 3.3), juntamente com a produção qualificada média dos docentes permanentes (item 4.1) e sua distribuição (item 4.2) continuam representando quase 50% do total da avaliação do programa na atribuição das notas de 1 a 5.

Nos mestrados profissionais os itens individuais contribuem de maneira equilibrada para a composição da nota final, mas salienta-se a importância do perfil do corpo docente e a qualidade dos trabalhos de conclusão.

No caso dos mestrados profissionais a descrição da proposta do programa é de grande relevância para evidenciar o caráter profissional da formação discente proposta e o alinhamento deste perfil às demandas das organizações locais por profissionais qualificados.

Para os programas no nível de excelência é fundamental que o relato de suas atividades permita avaliar o impacto das atividades do programa, das ações de seu corpo docente como um todo, sua nucleação, liderança em pesquisa no nível nacional ou internacional, entre outros indicadores da maturidade e relevância do grupo para a formação de pessoas, geração e disseminação de conhecimento.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

O processo de avaliação e suas métricas, à medida do possível, foram construídos com a participação dos coordenadores dos programas da área. Nos seminários de acompanhamento se discutiu a ficha de avaliação e seus indicadores e como os dados são apresentados aos consultores. Salientou-se a importância da descrição da proposta de programa para apresentar o programa, seus movimentos, seus avanços e suas metas, ajudando também, com isso, na compreensão dos números de desempenho que serão analisados pelos consultores.

O resultado é uma ficha de avaliação com descrição detalhada de cada item de avaliação, com definição de critérios e indicadores objetivos, permitem orientar os programas para a busca de qualidade e melhoria de seu desempenho. A transparência e clareza é fundamental para fortalecer a cultura da auto avaliação dos programas.

SEMINÁRIOS DE ACOMPANHAMENTO

A área realizou seminários de acompanhamento com o propósito de ajudar na melhoria da qualidade de cada um de seus Programas e também como forma de ampliar a comunicação e transparência do processo de avaliação. No primeiro seminário, que ocorreu em agosto de 2011, estavam presentes coordenadores dos programas que obtiveram nota 3 nas últimas três avaliações trienais. Os coordenadores tinham preparado antecipadamente uma análise de seus programas e consultores da área realizaram uma análise longitudinal detalhada de cada programa. Os consultores discutiram com cada coordenador a situação do programa e tentaram identificar ações que pudessem ser empreendidas no sentido de promover o desenvolvimento do programa. Ao final, os coordenadores fizeram uma exposição para todos os presentes sobre a situação vigente e o plano de ação proposto. O seminário foi um exercício valioso para os coordenadores, segundo o depoimento posterior de alguns coordenadores.

O seminário seguinte congregou a maioria dos coordenadores de programa da área em novembro 2011. As atividades foram desenvolvidas ao longo de dois dias e o foco foi a avaliação de programas pela CAPES. Uma explanação geral sobre a CAPES e um panorama da área foram apresentados. Salientou-se o caráter dinâmico do processo de avaliação, pela necessidade de retratar uma realidade em constante mudança, decorrente da ação dos programas na busca de melhorar sua qualidade. Depois com base nos dados da Avaliação Trienal 2010 foi feita uma análise de quais critérios diferenciaram efetivamente os programas no triênio anterior e discutiram-se mudanças que deveriam ocorrer na avaliação dos programas por conta de Portarias CAPES que tinham sido recém-publicadas. No segundo dia de trabalho os coordenadores de Programas Profissionais trabalharam separados de seus pares dos Programas Acadêmicos. Esta foi uma oportunidade significativa para discutir a diferenciação dos Programas Profissionais em comparação aos Programas Acadêmicos. Para sinalizar a diferença entre programas profissionais e acadêmicos e permitir mais espaço para a discussão da avaliação e desempenho destes dois tipos de programas.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Em março de 2012 foi realizado um seminário direcionado para os coordenadores de Mestrado Profissional, pois era necessário reforçar a diferenciação desejada entre os programas acadêmicos e profissionais. Além dos coordenadores de programas em funcionamento, participaram representantes de instituições de ensino que pretendiam apresentar proposta de cursos novos de Mestrados Profissionais na área. Enfatizou-se a caracterização de mestrados profissionais, salientando-se o necessário alinhamento da formação discente com as demandas específicas das organizações por profissionais qualificados. Os critérios de avaliação deste tipo de curso foram detalhadamente discutidos, destacando-se a experiência profissional não acadêmica consolidada e alinhada à proposta de formação do corpo docente e o caráter aplicado da produção científico-tecnológica dos docentes e discentes. A discussão foi pautada na Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009. Resultou da discussão, entre outras coisas, uma proposta preliminar de classificação dos tipos de produtos científico-tecnológicos.

O seminário que ocorreu em outubro 2012 foi voltado para os mestrados profissionais novamente. Apesar de já ter sido tema nos seminários anteriores, a coordenação de área entendeu que seria oportuno voltar a discutir a essência dos mestrados profissionais para a CAPES. A formação do mestre profissional não é genérica, mas voltada para o perfil demandado pelas organizações que potencialmente absorverão aquele profissional qualificado pelo programa. Assim, são importantes as parcerias do programa com as organizações, a experiência profissional do corpo docente e as atividades, durante a formação no programa, voltadas para a aplicação do conhecimento, que associadas ao desenvolvimento da capacidade de pensar criticamente, poderão criar profissionais diferenciados. Foi debatido também o perfil dos docentes dos mestrados profissionais e os formatos de trabalho de conclusão de curso e sua avaliação pelo potencial usuário do produto, por meio de uma escala perceptual. Por fim, discutiram-se os desdobramentos das Portarias CAPES nº 01 e nº 02, de 04 de janeiro de 2012, quanto a vínculo de docentes, número de orientações e oscilação do corpo docente. A avaliação de alguns participantes é de que o entendimento dos critérios de avaliação e da diferenciação entre programas acadêmicos e profissionais é mais homogênea na área, o que poderá resultar em avanços mais significativos dos programas profissionais.

O último seminário de acompanhamento do triênio ocorreu em novembro de 2012 e foi dedicado aos programas acadêmicos. O seminário se constituiu num fórum para discutir os avanços da área e oportunidades para o seu amadurecimento, maior qualidade da formação discente e impacto dos programas na comunidade. Além disso, discutiu-se o processo de classificação de livros e de periódicos. Ao tratar de classificação de livros, os participantes se manifestaram unanimemente em favor da divulgação do resultado da classificação por obra. Assim como no seminário anterior, discutiu-se os desdobramentos das Portarias CAPES nº 01 e 02, de 04 de janeiro de 2012, quanto a vínculo de docentes, número de orientações e oscilação do corpo docente. A coordenação aproveitou o seminário para fazer uma consulta aos coordenadores sobre o entendimento da área sobre o que é inserção internacional, impacto nacional e regional e como a área poderia contribuir para a melhoria da educação básica, considerando que sua temática, em geral, não está presente neste nível de formação.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

IV. Considerações sobre o Qualis Periódicos (ARTÍSTICO), Roteiro para Classificação de Livros / Eventos / Produtos Técnicos e os critérios para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação

QUALIS-PERIÓDICOS

Para a classificação dos periódicos com publicação dos programas da área considerou-se as regras usadas no triênio passado para esta mesma atividade e também as referências de qualidade criadas na área em discussões com editores ao longo dos últimos anos.

Os critérios definidos consideraram também a necessidade de respeitar as proporções definidas pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES), ou seja, o número de periódicos classificados como A1 ser menor que o número de periódicos classificados como A2; A1+ A2 representar no máximo 25% do total de periódicos qualificados da área; e a soma dos periódicos em A1, A2 e B1 não ultrapassar a 50% do total de periódicos qualificados pela área.

As revistas nacionais apresentaram clara evolução, reflexo do processo de indução dos triênios passados e das discussões de Boas Práticas no Encontro de Editores promovido pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD).

Nota-se que os periódicos nacionais da área caminham para uma homogeneidade de forma, inclusive os periódicos mais recentemente criados.

Alguns periódicos nacionais considerados relevantes para a área foram classificados no estrato acima daquele que seria classificado observando-se os critérios estabelecidos e descritos no quadro resumo abaixo. Os editores destes periódicos deverão fazer esforços extras de consolidação e para a inclusão do veículo em bases que ampliam o impacto da produção nacional da área e isso será avaliado na próxima avaliação e triênios subsequentes.

É provável que o uso de indicadores de impacto do periódico seja ampliado no processo de classificação dos periódicos, mas a área considera saudável discutir esta prática e como melhorá-la de modo a melhor refletir aquilo que representa a área de conhecimento e seu grau de interdisciplinaridade.

A1	<p>Índice H da Base Scopus (H-Scopus) > 20 ou fator de impacto no Journal of Citation Reports (JCR) > 1,0, o que for mais favorável ao periódico.</p> <p>O índice H expressa o número de artigos (H) de um periódico que receberam H ou mais citações nos artigos de uma base definida de periódicos e no caso aqui escolhida a base Scopus. O índice tenta quantificar o impacto científico do periódico.</p> <p>O fator de impacto de um periódico divulgado pelo JCR é baseado em dois elementos: o numerador, que é o número de citações no ano corrente a quaisquer itens publicados em</p>
-----------	--

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	um periódico nos últimos n anos, e o denominador, que é o número de artigos publicados nos mesmos n anos. O fator de impacto publicado pelo JCR considera as bases da <i>ISI Web of Science da Thomson Scientific Reuters</i> para o cálculo.
A2	$4 < H\text{-Scopus} \leq 20$ ou $0,2 < JCR \leq 1,0$, o que for mais favorável ao periódico.
B1	Atender aos critérios do estrato B2, e <ul style="list-style-type: none"> ▪ ter mais de 5 anos ▪ $0 < H\text{-Scopus} \leq 4$ ou $0 \leq JCR \leq 0,2$, o que for mais favorável ao periódico. ou ▪ Estar na Scielo ou Redalyc ou ▪ Ser periódico de uma das seguintes Editoras: Sage; Elsevier; Emerald; Springer; Inderscience; Pergamo; Wiley; e Routledge.
B2	Atender aos critérios para se enquadrar no estrato B3 e <ul style="list-style-type: none"> ▪ Informar sobre os trâmites de aprovação; ▪ Apresentar a legenda bibliográfica da revista em cada artigo; ▪ Ter conselho diversificado; ▪ Editor chefe não é autor ▪ Informação sobre processo de avaliação; ▪ Ter mais de três anos; e ▪ Ter pelo menos 1 Indexador (SCOPUS, EBSCO, DOAJ, GALE, CLASE, HAPI, ICAP, IBSS)
B3	Atender aos critérios para se enquadrar no estrato B4 e atender a 6 dos critérios abaixo. <ul style="list-style-type: none"> ▪ Missão/foco; ▪ Informa o nome e afiliação do editor; ▪ Informa nome e afiliação dos membros do comitê editorial; ▪ Divulga anualmente a nominata dos revisores; ▪ Mínimo de dois números por ano; ▪ Informa dados completos dos artigos; ▪ Endereço de pelo menos um dos autores.
B4	Atender aos critérios para se enquadrar no estrato B5 <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ter revisão por pares; ▪ Edições atualizadas; ▪ Normas de submissão.
B5	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ter ISSN; ▪ Ter periodicidade definida.
C	Periódicos que não atendem aos critérios para ser B5.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS

A comissão de avaliação orientou seus trabalhos no sentido de valorizar as publicações científicas encaminhadas, priorizando, sobretudo, o caráter inovador, o ineditismo e a contribuição gerada pela obra para o desenvolvimento da área de estudo. Três modalidades de publicações foram consideradas: obras de referência, obras didáticas e obras técnicas.

A avaliação contou com a funcionalidade de um sistema construído exclusivamente para a avaliação de livros da área. Os autores cadastraram a obra via internet e a enviou para o local da avaliação. Apenas livros cadastrados e que estavam fisicamente disponíveis no local de avaliação ou eletronicamente acessíveis foram avaliados. Na página da área no site da CAPES no endereço <http://www.capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4649-administracao-ciencias-contabeis-e-turismo> estão os detalhes do processo e também a lista das obras avaliadas e a relação de obras recebidas, que não foram avaliadas, porque não se enquadram nos critérios mínimos determinados pela área.

Cada obra passou pela avaliação de dois consultores *ad hoc* e, no caso de divergência entre as avaliações, por um terceiro avaliador. As fichas de avaliação eletrônicas usadas seguiram os parâmetros de avaliação de livros apresentados no documento da área do triênio 2007-2009 e repetido aqui.

- Conter registro no *ISBN – International Standard Book Number*, que é obtido junto à Fundação Biblioteca Nacional;
- Ter no mínimo 50 páginas;
- Ser classificado como livro didático ou de referência ou técnico para a área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo. Literatura genérica ou de ficção não será objeto de avaliação;
- Ter autor integrante de núcleo docente permanente (NDP) ou de corpo discente de programa de pós-graduação vinculado à área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo;
- Ser a primeira edição da obra ou edição posterior, desde que esta apresente alterações superiores a 30% em seu conteúdo em relação à edição imediatamente anterior; no caso de reedição as alterações deverão ser assinaladas pelo(s) autor (es) na ficha de submissão para avaliação do livro;
- Ter sido publicado por editora pública ou privada, associação científica ou cultural, instituição de pesquisa ou órgão oficial;
- Apresentar texto original. Compilação ou reprodução de artigos já publicados em outros meios não foi objeto de avaliação.

A avaliação foi procedida utilizando-se instrumento de avaliação contendo informações relativas à obra em análise. A primeira parte (Parte I), com dados de identificação da obra e outros aspectos formais, foi preenchida pelo autor da obra no sistema. A segunda parte (Parte II), de avaliação qualitativa do conteúdo da obra, foi preenchida por membros do Comitê de Avaliação. Era responsabilidade dos autores o envio à coordenação da área, seguindo calendário e endereço

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

divulgados com antecipação, um exemplar original da cada obra submetida ao processo de avaliação. Abaixo estão as fichas usadas no processo de avaliação e na sequência um consolidado do resultado da avaliação. Na página da área, no site da CAPES, podem ser encontrados os relatórios das duas reuniões de classificação de livros.

Parte I – Dados de Identificação da Obra						
Título da Obra:						
ISBN:						
Editora:						
Análise por Conselho Editorial – explicar o papel do conselho editorial atribuído pela Editora:						
Local de publicação:						
Idioma da obra:						
Número de páginas: (mínimo de 50 páginas para ser avaliado)						
Ano de publicação da primeira edição e indicação das alterações (superiores a 30%) no caso de reedições.						
Formato (impresso ou eletrônico):						
Tiragem (se impresso) - informar o número de edições e o número total de exemplares impressos desde a primeira edição:						
Abrangência de distribuição (local, nacional, outros países):						
Formas de distribuição (livrarias comerciais, pela <i>Internet</i> , IES que o autor atua, pelo autor):						
Referência completa (adotar ABNT):						
Finalidade primária da obra (livro didático ou de referência ou técnico):						
Quais cursos adotam ou adotaram o livro:						
Explique o alinhamento do livro com a proposta de formação discente de seu PPG.						
Tipo da obra – relatório de pesquisa científica/tecnológica, de exercícios, procedimentos, catálogos, exercícios, manual do professor, dentre outros.						
Autores (texto integral) ou Organizadores (coletânea) – especificar se docente ou discente do programa.						
Autores de capítulos vinculados ao programa – especificar se docente ou discente, título e páginas de cada capítulo (se coletânea).						
Explique se a obra representa uma inovação, por exemplo, se o livro aporta o uso de um conhecimento técnico antes não coberto por obras anteriores						
Informações complementares – participação de docentes e discentes de outros programas, financiamento da edição, premiações recebidas, participação de autores estrangeiros etc.						
Parte II – Avaliação pelo Comitê de Avaliação – livros didáticos						
Título da Obra:						
ISBN:						
Atribua nota de 0 a 5 (sendo 5 a melhor nota) para os quesitos abaixo						
	0	1	2	3	4	5
1. Contribuição/Inovação da obra para o desenvolvimento curricular						

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

da área						
2. Adaptação à realidade brasileira						
3. Atualidade do texto						
4. Clareza na abordagem dos temas – fluidez na leitura						
5. Rigor científico (estrutura teórica e profundidade da obra)						
6. Precisão de conceitos, terminologia e informações						
7. Senso crítico no exame do material estudado						
8. Bibliografia referenciada que denote amplo domínio de conhecimento (abrangência da obra)						
9. Qualidade gráfica e de apresentação						
10. Criatividade e inovação na abordagem geral – comparado às obras já existentes sobre o tema						
11. Disponibilidade de material de apoio aos professores usuários da obra						
12. Disponibilidade de recursos didáticos e de aprendizagem para os alunos (CD/sites/casos/exercícios)						
13. Distribuição e disponibilidade da obra (nota máxima se disponível para compra pela Internet e livrarias localizadas em vários Estados e nota mínima se apenas distribuído pelo autor)						
14. Potencial para se tornar bibliografia obrigatória ou básica em cursos sobre o tema						
15. Erros de composição por página (média máxima de 2 erros por página para nota máxima)						
Total de pontos:						
Comentários Adicionais:						

Parte II – Avaliação pelo Comitê de Avaliação – livros de referência						
Título da Obra:						
ISBN:						
Atribua nota de 0 a 5 (sendo 5 a melhor nota) para os quesitos abaixo	0	1	2	3	4	5
1. Contribuição da obra para o desenvolvimento científico e tecnológico da área						
2. Contribuição para a resolução de problemas nacionais relevantes						
3. Atualidade da temática						
4. Clareza na abordagem dos temas – fluidez na leitura						
5. Rigor científico (estrutura teórica e profundidade com que se discutem os assuntos concorrentes de pensamento relacionados ao tema da obra)						
6. Precisão de conceitos, terminologia e informações						
7. Senso crítico no exame do material estudado						

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

8. Bibliografia referenciada que denote amplo domínio de conhecimento (abrangência da obra)						
9. Qualidade gráfica e de apresentação						
10. Criatividade e inovação na abordagem geral e/ou métodos adotados – comparado às obras já existentes sobre o tema						
11. Inovação de abordagem ou dos métodos adotados						
11. Contribuição/Relevância inovadora para o campo do conhecimento ou para aplicações técnicas						
12. Distribuição e disponibilidade da obra (nota máxima se disponível para compra pela Internet e livrarias localizadas em vários Estados e nota mínima se apenas distribuído pelo autor)						
13. Potencial para ser referência relevante em um número significativo de artigos, teses ou dissertações da área						
14. Erros de composição por página (média máxima de 2 erros por página para nota máxima)						
Total de pontos:						
Comentários Adicionais:						

Parte II – Avaliação pelo Comitê de Avaliação – livros técnico ou tecnológico

Título da Obra:						
ISBN:						
Atribua nota de 0 a 5, sendo 5 a melhor nota, para os quesitos abaixo	0	1	2	3	4	5
1. Contribuição da obra para o desenvolvimento tecnológico da área e para a difusão do conhecimento que contribua para a melhoria da atuação profissional ligada à área						
2. Atualidade da temática						
3. Clareza na abordagem dos temas e práticas – fluidez na leitura.						
4. Diálogo da obra com a atuação profissional da área.						
5. Qualidade gráfica e de apresentação						
8. Criatividade e inovação na abordagem geral comparado às obras já existentes sobre o tema						
9. Contribuição/Relevância inovadora para o campo do conhecimento ou para aplicações técnicas						
10. Impacto da obra - número de edições e o número total de exemplares impressos desde a primeira edição						
11. Distribuição e disponibilidade da obra						
12. Potencial para ser referência relevante para um número significativo de profissionais da área						
13. Erros de composição por página (média máxima de 2 erros por página para nota máxima)						

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Total de pontos:	
Comentários Adicionais:	

Para calcular os pontos atribuídos à obra pelos consultores deve-se somar a nota atribuída a cada item e se dividir pelo total de pontos possíveis em cada tipo de obra (75 didáticos, 70 de referência e 65 técnicos). As obras avaliadas foram classificadas de acordo com os pontos alcançadas pela média da avaliação dos consultores, sendo os estratos definidos como segue.

- LNC (abaixo de 40 pontos);
- L1 (entre 40 e abaixo de 50 pontos);
- L2 (entre 50 e abaixo de 60 pontos);
- L3 (entre 60 e abaixo de 70 pontos); e
- L4 (igual ou maior de 70 pontos).

Tabela 4 - Classificação geral dos livros 2010-2013

Classificação	Quantidade de livros	% total dos livros
Livro não classificado (LNC) (**)	235	36,7
L1	92	14,4
L2	145	22,7
L3	96	15,0
L4	72	11,2
TOTAL	640	100,0

(**) obra não original ou que não atingiu pontuação mínima de 40 pontos.

Para promover melhorias significativas na produção em livros, preservando este meio de divulgação fundamental para a área, sugere-se que:

- a) As coletâneas tenham claro fio condutor e constituam contribuição substantiva para o campo de estudos. É fundamental o rigor científico e o ineditismo de conteúdo.
- b) Teses e dissertações podem ser publicadas na forma de livro. No entanto, qualquer dissertação ou tese, para fins de publicação, precisa passar por um processo de adaptação ao formato de livro. Com isso, publicações em livro derivadas de teses e dissertações necessitam concentrar o conteúdo nas contribuições para o campo do conhecimento, enfatizando avanços teóricos e metodológicos decorrentes da pesquisa;
- c) No caso de reedições, a diretriz recomendada é que as alterações da nova edição representem, no mínimo, 30% de novos conhecimentos em relação à anterior. Salienta-se ainda, a necessidade de explicitar claramente no espaço reservado para tal na ficha de cadastro do livro as alterações que foram efetuadas;

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

d) As traduções de livros para outro idioma são relevantes para fins de difusão do conhecimento, portanto, são consideradas como produção técnica para fins de avaliação;

e) Por fim, considera-se que a produção técnica é relevante para o campo do conhecimento, porém não caracteriza produção de referência ou didática. Produções técnicas como, por exemplo: elaborações de catálogos, traduções de obras ou de dissertações/teses, material didático para Ensino a Distância, dentre outras, são relevantes para o conhecimento na área, e tem especificidades na avaliação.

EVENTOS

A área, em 2005, decidiu que gradualmente deixaria de valorizar os eventos como produção bibliográfica. Assim, para o triênio 2007-2009, estabeleceu-se um limite de pontos que poderiam ser considerados na produção bibliográfica por docente permanente, e no triênio 2010-2012 os eventos deixaram de contar como produção bibliográfica e passaram a ser valorizados como elemento de avaliação da integração do programa em redes de pesquisa. Desta forma, a área deixou de classificar eventos, mas avalia a pertinência dos eventos que tenham participação dos integrantes do programa em relação à(s) sua(s) área(s) de concentração. Eventos de caráter local não são considerados.

PRODUTOS TÉCNICOS

A partir dos tipos de trabalhos de conclusão sugeridos no artigo 7º da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009, a coordenação de área discutiu com os coordenadores de programa durante os seminários de acompanhamento a adequação, importância relativa para a sociedade, grau de ineditismo e a dificuldade de desenvolvimento de diferentes tipos produtos tecnológicos. Deste exercício, surgiu uma lista de produtos tecnológicos que foram agrupados em três classes típicas de produtos tecnológicos para a área. A Classe 1 comporta os tipos mais relevantes e de maior grau de dificuldade para a sua produção. A Classe 2 seria o grupo intermediário em termos de relevância e dificuldade de produção e o último grupo neste espectro seria a Classe 3. Os tipos de produção considerados pela área estão listados abaixo.

Classe 1:

- Publicações tecnológicas em periódicos;
- Registros de softwares, inclusive depósito de software livre em repositório reconhecido ou obtenção de licenças alternativas ou flexíveis para produção intelectual, desde que demonstrado o uso pela comunidade acadêmica ou pelo setor produtivo;
- Desenvolvimento de produtos, processos e técnicas;
- Protótipo para desenvolvimento de equipamentos e produtos específicos;
- Consultoria para organizações públicas/privadas;
- Assessoria técnica para organizações públicas/privadas.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Classe 2:

- Produção de programas de mídia;
- Manuais de operação técnica, protocolo experimental ou de aplicação ou adequação tecnológica;
- Produção artística;
- Modelo de Gestão;
- Tecnologia de Gestão.

Classe 3:

- Desenvolvimento de aplicativos e materiais didáticos e instrucionais, estudo de casos, jogos;
- Realização de pesquisa de mercado;
- Relatório Técnico.

Esta iniciativa deverá ser aprimorada no triênio 2013-2015, em especial, será importante definir formas de avaliar o ineditismo de cada produto. A coordenação de área acredita que a exemplo do que ocorre com a classificação de livros e produtos artísticos, os produtos tecnológicos terão que ser examinados e classificados tendo como base critérios que deverão ser criados e formatados para esse fim.

Para o triênio 2010-2012, a lista de produtos tecnológicos produzida será usada apenas como um parâmetro para identificar a existência de produtos tecnológicos dos programas e serão considerados essencialmente os produtos relacionados às linhas de atuação do programa de Mestrado Profissional e/ou trabalhos de conclusão dos alunos. A avaliação será, portanto, de caráter qualitativo.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

V. Fichas de Avaliação para o Triênio 2010-2012		
MESTRADO (ACADÊMICO) E DOUTORADO		
Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 –Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	50%	<p>A(s) área(s) de concentração deve(m) apontar, de maneira clara, a área do conhecimento do programa, os contornos gerais de sua especialidade na produção intelectual e na formação de seus mestres ou doutores. Avalia-se a atualidade da(s) área(s) de concentração e sua relevância.</p> <p>As linhas de pesquisa devem expressar a especificidade de produção de conhecimento da respectiva área de concentração, devem representar um recorte específico e bem delimitado da área de concentração.</p> <p>Os projetos desenvolvidos devem guardar coerência com as linhas de pesquisa.</p> <p>A estrutura curricular deve apresentar um núcleo de disciplinas ou seminários de tratamento metodológico relacionado às áreas de concentração, além de disciplinas ou seminários com conteúdos relacionados às linhas de pesquisa. As ementas – síntese dos conteúdos temáticos a serem trabalhados em cada disciplina – devem indicar focos teóricos previstos e o estado da arte nos temas abordados. A bibliografia indicada nos programas das disciplinas deve representar uma listagem básica de referências, contendo livros clássicos e textos científicos, preferentemente de artigos publicados em periódicos acadêmicos de bom nível, que representem o estado da arte no tema, conforme o nível do curso.</p>
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	30%	<p>O programa deve relatar: a) elementos que evidenciem sua relevância e impacto regional, nacional ou internacional de sua atuação na formação de mestres e doutores; e b) os resultados dos convênios de cooperação tecnológica ou científica de âmbito nacional, no caso de curso de mestrado e de âmbito nacional e internacional, no caso de curso de doutorado.</p> <p>O programa deve indicar em seu relatório: a) sua estratégia de prospecção de alunos; b) o processo de seleção de candidatos a aluno, com os requisitos de entrada,</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>periodicidade de ingresso (semestral, anual, bianual, entre outras) e o número previsto de ingressantes por período.</p> <p>O programa deve apresentar um plano de atualização acadêmica dos docentes do corpo permanente e a renovação (p.ex. substituição de aposentados) deste corpo docente.</p>
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	20%	<p>O relatório do programa deve evidenciar que a IES disponibiliza recursos – salas de aula; espaço para professores, alunos, grupos de pesquisa; laboratórios; biblioteca; coordenação do programa; secretaria; acesso às bases de periódicos e de dados, entre outros itens – necessários ao adequado funcionamento do programa.</p> <p>Esses recursos devem atender às necessidades do programa e das pesquisas conduzidas por seus docentes e discentes.</p>
2 – Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	15%	<p>O corpo docente permanente deve ser capaz de sustentar adequadamente as linhas de pesquisa. Analisa-se a compatibilidade do corpo docente em relação às áreas de concentração e perfil do egresso, visando à identificação de eventuais fragilidades ou dependência de membros externos. Avalia-se a especialidade e adequação do <i>núcleo de docentes permanentes</i> em relação à proposta do programa. Para tanto, verifica-se em que medida o perfil desse núcleo é compatível com a referida proposta. Não se trata de verificar se o <i>núcleo de docentes permanentes</i> tem formação específica em Administração, Ciências Contábeis ou Turismo, conforme a subárea do programa, e sim se esse núcleo tem atuação, em pesquisa e docência, compatível com o tipo de profissional que o programa se propõe a formar.</p> <p>Verifica-se a diversidade de formação dos docentes, quanto a ambientes e instituições, valorizando-se indicadores de atualização da formação e de intercâmbio com outras instituições. É recomendável que o núcleo docente permanente (<i>NDP</i>) de um programa seja egresso de diferentes programas de pós-graduação, apresentando relativa heterogeneidade na formação acadêmica.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>Considera a experiência na condução de projetos de pesquisa que tenham captado recursos públicos ou privados em processo competitivo aberto/universal. É desejável que todos os professores do <i>núcleo de docentes permanentes</i> participem de algum intercâmbio acadêmico e tecnológico com outras instituições de ensino ou pesquisa e tenham captado recursos.</p>
<p>2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.</p>	30%	<p>Como define a Portaria CAPES nº 02, de 04 de janeiro de 2012, integram a categoria de docentes permanentes os docentes assim enquadrados, declarados e relatados anualmente pelo programa, e que atendam a todos os seguintes requisitos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. desenvolvam atividades de ensino na pós-graduação e/ou graduação; 2. participem de projetos de pesquisa do programa; 3. orientem alunos de mestrado ou doutorado do programa, sendo devidamente credenciados como orientador pelo programa de pós-graduação e pela instância para esse fim considerada competente pela instituição; 4. tenham vínculo funcional-administrativo com a instituição ou, em caráter excepcional, consideradas as especificidades de áreas, instituições e regiões, se enquadrem em uma das seguintes condições especiais quando: <ol style="list-style-type: none"> a. Recebam bolsa de fixação de docentes ou pesquisadores de agências federais ou estaduais de fomento; b. Na qualidade de professor ou pesquisador aposentado, tenham firmado com a instituição termo de compromisso de participação como docente do programa; c. Tenham sido cedidos, por acordo formal, para atuar como docente do programa; d. A critério do programa, o docente permanente não atender ao estabelecido pelo inciso I do caput deste artigo devido à não-programação de disciplina sob sua responsabilidade ou ao seu afastamento para a realização de estágio pós-doutoral, estágio sênior ou atividade relevante em Educação, Ciência e Tecnologia, desde que atendidos todos os demais requisitos fixados

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	<p>por este artigo para tal enquadramento.</p> <p>Como define o artigo 1º da Portaria CAPES nº 01, de 04 de janeiro de 2012, os docentes permanentes devem ter, majoritariamente, regime de dedicação integral à instituição - caracterizada pela prestação de quarenta horas semanais de trabalho - admitindo-se que parte não majoritária desses docentes tenha regime de dedicação parcial.</p> <p>Para ser considerado como docente do núcleo de docentes permanentes do programa o professor precisa ter concluído pelo menos duas orientações no triênio no programa. Serão desconsiderados, neste caso, os professores novos no programa, ou seja, que iniciaram atividades ao longo do triênio, em razão do tempo necessário para conclusão de orientação. Considera-se o orientador principal para a contagem de orientações.</p> <p>Exceções: Orientações de Mestrado Interinstitucional (MINTER), Doutorado Interinstitucional (DINTER). Professores que se afastarem para estágio sênior ou como visitante em outra IES pelo período igual ou maior que um ano.</p> <p>A proporção máxima admitida de dupla participação de docentes para o conceito muito bom é de 50% do núcleo de docentes permanentes de cada programa acadêmico. Nos casos de dupla participação, sendo um acadêmico e outro profissional, o percentual máximo admitido será de 70% para o triênio.</p> <p>Admite-se a atuação de docentes permanentes em dois programas originados de associações entre IES e entre programas de uma mesma instituição. Em casos de doutorados originados da associação de mestrados acadêmicos ofertados pela mesma, a atuação dos docentes permanentes não será considerada como dupla.</p> <p>A atuação de docentes permanentes em mais de dois programas somente será permitida nos termos definidos pelo Art. 3º da Portaria CAPES nº 01, de 04/01/2012, ou seja, excepcional e temporariamente nas seguintes situações:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Nos casos em que o terceiro programa for um curso da região norte e dos estados de GO, MT, MS e que estejam
--	---

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>nas áreas prioritárias: tecnológicas e formação de professores para a educação básica;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ No caso em que o terceiro programa for um curso de mestrado profissional; ▪ No caso em que o terceiro programa for um curso de pós-graduação em temas de inovação científica e/ou tecnológica e de relevância estratégica para o país. <p>As atividades dos docentes nos programas que atuam serão somadas e avaliadas pelos parâmetros da área.</p> <p>Os professores visitantes e colaboradores não serão avaliados para a contagem de vínculos.</p> <p>Os procedimentos relativos ao credenciamento e renovação de credenciamento de docentes devem estar descritos na proposta do Programa e declarados em seu regimento, evidenciando-se que as mesmas foram aprovadas pela coordenação do programa ou órgãos das IES competentes.</p> <p>Quanto à oscilação do corpo docente permanente, o artigo 1º da Portaria CAPES nº 01, de 04 de janeiro de 2012, estabelece:</p> <p>“§1º A estabilidade do conjunto de docentes declarados como permanentes pelo programa será objeto de acompanhamento e de avaliação sistemática pelas coordenações e comissões de avaliação de área e pela Diretoria de Avaliação.</p> <p>§2º Por ocasião das avaliações dos programas, será requerido dos mesmos as justificativas das ocorrências de credenciamentos e descredenciamentos, ano a ano, dos integrantes dessa categoria de acordo com as regras bem definidas que devem constar obrigatoriamente nos respectivos regimentos.”</p> <p>Desta maneira, a proposta do programa deve esclarecer as razões para a oscilação da composição de seu núcleo de docentes permanentes. Os casos de morte, aposentadoria serão descontados para a avaliação da oscilação.</p>
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os	30%	Analisa-se a atuação dos docentes permanentes em atividades de docência na pós-graduação, sendo esperado que cada docente permanente deva ser responsável por

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

docentes do programa.		<p>uma carga mínima de 30 horas-aula anuais no programa.</p> <p>Na avaliação deste item verifica-se a proporção de docentes do <i>núcleo de docentes permanentes</i> que possuem essa carga anual, descontando-se situações específicas de professores do <i>núcleo de docentes permanentes</i> que não ministraram disciplinas no ano-base em razão de ocuparem cargos de gestão ou por se encontrarem em estágio pós-doutoral ou outros afastamentos acadêmicos.</p>
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação.	10%	<p>Avalia-se, nesse item, a participação do <i>núcleo de docentes permanentes</i> do programa nas atividades de ensino de graduação ou de iniciação científica, com foco especial na oferta de atividades, projetos e programas de melhoria de ensino e de capacitação de alunos e professores, além de participação efetiva no ensino e na pesquisa em curso de graduação. Consideram-se tanto as implicações positivas dessa participação como seus efeitos negativos, estas sob a ótica das necessidades e interesses do programa, decorrente de eventual excesso de dedicação dos docentes a tais atividades. Nesse caso, avalia-se a proporção de docentes permanentes que atuam no ensino de graduação, na orientação de bolsistas de iniciação científica, de trabalhos de conclusão de cursos de graduação, ou ainda na condução de oficinas de pesquisa a alunos de graduação. O item será avaliado considerando-se a proporção de docentes permanentes do programa que exercem estas atividades nos termos acima descritos.</p>
2.5. Participação do docente em eventos alinhados com a sua área de atuação	15%	<p>Avalia-se nesse item a participação dos docentes em eventos científicos.</p>
3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações	35%	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	10%	<p>Avalia-se a proporção de titulados no ano-base considerando-se o número de discentes no final do ano-anterior. Os cálculos são aplicáveis apenas para cursos de doutorado com cinco anos ou mais de funcionamento e para cursos de mestrado com três anos ou mais de funcionamento.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.</p>	<p>20%</p>	<p>Avalia-se a distribuição, os mínimos e os máximos de orientações concluídas e o estoque de orientações por docente permanente. Não se distinguirá orientações de mestrado das de doutorado. Serão somadas orientações de todos os programas que o professor participar como permanente ou colaborador.</p> <p>Para ser considerado como docente do núcleo de docentes permanentes do programa o professor precisa ter concluído pelo menos 2 orientações no triênio no programa. Serão desconsiderados, neste caso, os professores novos no programa, ou seja, que iniciaram atividades ao longo do triênio, em razão do tempo necessário para conclusão de orientação.</p> <p>No caso de co-orientação, considera-se o orientador principal para a contagem dos orientandos.</p> <p>Exceções: Orientações de Mestrado Interinstitucional (MINTER), Doutorado Interinstitucional (DINTER). Professores que se afastarem para estágio sênior ou como visitante em outra IES pelo período igual ou maior que um ano.</p>
<p>3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.</p>	<p>50%</p>	<p>Avalia-se a composição das comissões avaliadoras (banca); e a vinculação das teses e dissertações às linhas de pesquisa do programa.</p> <p>Todas as comissões avaliadoras das teses e dissertações devem incluir examinadores externos ao curso, no caso de cursos de mestrado, e de examinadores externos à IES, no caso de cursos de doutorado (a participação de membros externos à IES nas comissões avaliadoras de dissertações é valorizada, embora não exigida).</p> <p>Todos os membros das comissões avaliadoras das teses e dissertações devem possuir o título de doutor e atuar como pesquisadores da respectiva área temática do programa.</p> <p>Avalia-se, ainda, a participação de discentes e egressos autores da pós-graduação na produção científica do programa, referenciada no Qualis Periódicos da área ou livros classificados pela área. Considera-se o percentual de discentes e egressos autores nos trabalhos publicados em</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		relação ao número de discentes do programa no final do ano anterior e egressos dos últimos anos. O item é aplicável para cursos de mestrados com mais de dois anos de funcionamento e cursos de doutorados com mais de três anos de funcionamento. Admitem-se publicações de egressos do programa com até três anos após a titulação de doutorado. A autoria conjunta entre docentes do programa e alunos é valorizada.
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	10%	Avalia-se o prazo médio de conclusão de curso, tanto de bolsistas como de não-bolsistas.
3.5. Participação dos discentes e egressos em eventos alinhados à Proposta do Programa	10%	Avalia-se nesse item a participação dos discentes em eventos científicos.
4 – Produção Intelectual	35%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	50%	<p>Considera-se a pontuação média anual por docente permanente, levando em conta a produção intelectual publicada sob a forma de artigos em periódicos do Qualis da área, livros e capítulos de livros devidamente avaliados pelo Comitê de Área.</p> <p>Se o docente participar como permanente em mais de um curso da área a produção será integralmente considerada em cada programa.</p> <p>A pontuação média anual é calculada acumulando-se a pontuação correspondente à produção qualificada total do núcleo de docentes permanentes do programa, considerando-se apenas uma vez cada publicação, caso haja múltiplos autores docentes do mesmo programa, dividindo-se pelo número de docentes permanentes em atuação no programa naquele ano.</p> <p>A média final do triênio será calculada de forma ponderada, ou seja, é a somatória da média anual da produção ponderada pelo número de professores do núcleo de docentes permanentes no ano, dividida pelo somatório do número de docentes de cada ano do triênio.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>No caso de migração de docente do núcleo de docentes permanentes para programa de outra IES, a produção registrada no Coleta de Dados do ano da migração nos dois programas será contabilizada para o programa em que o docente permanente atuava.</p> <p>Em programas de notas 5, 6 e 7 será considerada na contagem de pontos de cada professor do núcleo de docentes permanentes apenas 2 produções nos estratos B4 e B5.</p>
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	35%	<p>Avalia-se a proporção dos docentes permanentes do programa considerados produtivos, isto é, que alcançaram pelo menos 150 pontos de produção bibliográfica no triênio.</p> <p>Avalia-se qual o nível máximo de pontos totais no triênio em produção bibliográfica alcançado por 80% mais produtivo do corpo permanente do programa.</p> <p>Os docentes que atuarem no programa em apenas parte do triênio os pontos serão proporcionais ao período de atuação.</p>
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	15%	Analisa-se a produção tecnológica e técnica do programa.
5 – Inserção Social	10%	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	50%	<p>Analisa-se os seguintes impactos, com base em informações qualitativas e quantitativas fornecidas pelo programa:</p> <p>a) educacional – contribuição para a formação de docentes, inclusive para cursos de graduação e de especialização, valorizando-se, sobretudo: i) oferta de cursos de mestrado e doutorado interinstitucional, realizados de acordo com as regras da CAPES e devidamente aprovados, em especial os destinados a IES localizadas em regiões carentes de mestres e doutores; ii) consórcios entre IES para oferta de cursos de mestrado e de doutorado; iii) participação em programas de melhoria de ensino;</p> <p>b) social – formação de recursos humanos qualificados</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>para a Administração Pública ou a sociedade civil que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento e formação de professores para o ensino de graduação;</p> <p>c) cultural – formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural e artístico, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e às artes e ao conhecimento nesse campo;</p> <p>d) tecnológico/econômico – contribuição para o desenvolvimento microrregional, regional ou nacional destacando os avanços produtivos gerados, entrevistas, matérias em jornais, conselhos tutelares e deliberativos; disseminação de técnicas e conhecimentos.</p>
5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	30%	<p>Valorizam-se especialmente ações como: a) participação em programas sistemáticos de cooperação e intercâmbio; b) participação em projetos de cooperação entre programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa ou o desenvolvimento da pós-graduação em regiões ou sub-regiões geográficas menos aquinhoadas (atuação de professores visitantes; participação em programas como Doutorado ou Mestrado interinstitucional, Programa Nacional de Cooperação Acadêmica e similares); c) participação em atividades de apoio à melhoria de ensino de pós-graduação e de graduação.</p>
5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.	20%	<p>Valorizam-se especialmente os seguintes aspectos: a) manutenção de página web para a divulgação, de forma atualizada, de dados do programa, critérios de seleção de alunos, parte significativa de sua produção docente, financiamentos recebidos da CAPES e de outras agências públicas e entidades privadas etc.; b) garantia de amplo acesso a teses e dissertações, pela web, conforme Portaria CAPES nº 13/2006, que torna obrigatória essa providência.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

MESTRADO PROFISSIONAL

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 - Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa	25%	<p>A(s) área(s) de concentração deve(m) apontar, de maneira clara, a área do conhecimento do Programa, os contornos gerais de sua especialidade na produção intelectual, na produção técnica e tecnológica e na formação profissional de seus mestres.</p> <p>As linhas de atuação devem expressar a especificidade do conhecimento aplicado da respectiva área de concentração, apresentando um recorte específico e bem delimitado.</p> <p>Os docentes permanentes podem ser compartilhados entre as linhas de atuação, mas cada linha de atuação deve contar com a participação de, no mínimo, quatro docentes permanentes. Assim, o número de docentes no programa deve ser, no mínimo, o número de linhas multiplicado por quatro.</p> <p>O corpo docente permanente deve ser capaz de sustentar adequadamente as linhas de atuação.</p> <p>Os projetos em andamento, assim como as disciplinas ou seminários oferecidos aos alunos devem guardar coerência com as linhas de atuação.</p> <p>A estrutura curricular deve apresentar de forma objetiva e coerente vínculo com a finalidade do curso (perfil de egresso) e consistentemente vinculada à sua especificidade, enfatizando a articulação entre conhecimento atualizado, domínio da metodologia pertinente e aplicação orientada para o campo profissional, um núcleo de disciplinas ou seminários de tratamento metodológico relacionado às áreas de concentração, além de disciplinas ou seminários com conteúdos relacionados às linhas de atuação.</p> <p>As ementas das disciplinas devem indicar o foco</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>teórico e/ou aplicado da abordagem prevista e o estado da arte no tema. A bibliografia indicada nas disciplinas deve representar uma listagem básica de referências, contendo livros clássicos, textos científicos e de aplicação orientada para o campo profissional, de preferência artigos publicados em periódicos de bom nível, que representem o estado da arte no tema, tanto no campo teórico quanto no aplicado.</p> <p>O programa deve contemplar um mínimo de 24 créditos, equivalentes a 360 horas-aula em disciplinas ou atividades equivalentes.</p>
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	25%	<p>O programa deve relatar os convênios ativos de cooperações técnicas e/ou tecnológicas e/ou científicas de âmbito local, regional e nacional, com vista a atender demandas: sociais; organizacionais; e/ou profissionais, evidenciando seus respectivos resultados e a coerência para o desenvolvimento do respectivo campo/setor profissional, e ainda se estão em consonância com o corpo docente.</p>
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	20%	<p>O programa deve evidenciar: que a instituição disponibiliza salas de aula e demais recursos administrativos e físicos necessários à condução das atividades letivas e ao seu adequado funcionamento do programa; a existência e a adequação de laboratórios e bibliotecas, caracterizando o acervo em termos do número de livros, de periódicos e áreas nas quais se concentram o programa; e a existência, a adequação e disponibilidade de assinaturas de bases de dados, ou outras formas de acesso eletrônico à produção intelectual da área ao programa.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.</p>	<p>30%</p>	<p>O programa deve evidenciar o planejamento de ações e metas que possam gerar: relevância e impacto local, regional e nacional da atuação na formação de seus mestres; e ampliação e/ou consolidação da cooperação tecnológica ou científica relevante e efetiva com outras instituições.</p> <p>Evidenciar os requisitos de entrada de discentes; periodicidade de ingresso; número de ingressantes por período.</p> <p>Evidenciar os procedimentos de credenciamento e renovação de credenciamento de docente.</p> <p>Financiamento ou apoio de entidades externas à instituição, tais como, agências de fomento à pesquisa, ou empresas, ou organizações em geral de nível local, regional, nacional e internacional.</p>
<p>2 – Corpo Docente 20%</p>		
<p>2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.</p>	<p>50%</p>	<p>O corpo docente deve ser integrado, de forma equilibrada, por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação, conforme a Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009.</p> <p>A experiência dos docentes permanentes deve ser significativa e coerente com a área de concentração e linhas de atuação da proposta.</p> <p>Os títulos de mestrado e doutorado obtidos no exterior devem ser revalidados no Brasil, conforme determina a Resolução CNE/CES nº 001/2001.</p>
<p>2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.</p>	<p>30%</p>	<p>Como define a Portaria CAPES nº 02, de 04 de janeiro de 2012, integram a categoria de docentes permanentes os docentes assim enquadrados, declarados e relatados anualmente pelo programa, e que atendam a todos os seguintes requisitos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. desenvolvam atividades de ensino na pós-graduação e/ou graduação; 2. participem de projetos de pesquisa do

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	<p>programa;</p> <ol style="list-style-type: none">3. orientem alunos de mestrado ou doutorado do programa, sendo devidamente credenciados como orientador pelo programa de pós-graduação e pela instância para esse fim considerada competente pela instituição;4. tenham vínculo funcional-administrativo com a instituição ou, em caráter excepcional, consideradas as especificidades de áreas, instituições e regiões, se enquadrem em uma das seguintes condições especiais quando:5. recebam bolsa de fixação de docentes ou pesquisadores de agências federais ou estaduais de fomento;6. na qualidade de professor ou pesquisador aposentado, tenham firmado com a instituição termo de compromisso de participação como docente do programa;7. tenham sido cedidos, por acordo formal, para atuar como docente do programa;8. a critério do programa, o docente permanente pode não atender ao estabelecido pelo inciso I do caput deste artigo devido à não-programação de disciplina sob sua responsabilidade ou ao seu afastamento para a realização de estágio pós-doutoral, estágio sênior ou atividade relevante em Educação, Ciência e Tecnologia, desde que atendidos todos os demais requisitos fixados por este artigo para tal enquadramento. <p>Como define o artigo 1º da Portaria CAPES nº 01, de 04 de janeiro de 2012, os docentes permanentes devem ter, majoritariamente, regime de dedicação integral à instituição - caracterizada pela prestação de quarenta horas</p>
--	--

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	<p>semanais de trabalho - admitindo-se que parte não majoritária desses docentes tenha regime de dedicação parcial.</p> <p>Para ser considerado como docente do núcleo de docentes permanentes do programa o professor precisa ter concluído pelo menos duas orientações no triênio no programa. Serão desconsiderados, neste caso, os professores novos no programa, ou seja, que iniciaram atividades ao longo do triênio, em razão do tempo necessário para conclusão de orientação. Considera-se o orientador principal para a contagem de orientações.</p> <p>Exceções: Orientações de Mestrado Interinstitucional (MINTER), Doutorado Interinstitucional (DINTER). Professores que se afastarem para estágio sênior ou como visitante em outra instituição pelo período igual ou maior que um ano.</p> <p>A proporção máxima admitida de dupla participação de docentes para o conceito muito bom é de 50% do núcleo de docentes permanentes de cada programa acadêmico. Nos casos de dupla participação, sendo um acadêmico e outro profissional, o percentual máximo admitido será de 70% para o triênio.</p> <p>Admite-se a atuação de docentes permanentes em dois programas originados de associações entre instituição e entre programas de uma mesma instituição. Em casos de doutorados originados da associação de mestrados acadêmicos ofertados pela mesma, a atuação dos docentes permanentes não será considerada como dupla.</p> <p>A atuação de docentes permanentes em mais de dois programas somente será permitida nos termos definidos pelo Art. 3º da Portaria CAPES nº 01, de 04/01/2012, ou seja, excepcional e temporariamente nas seguintes situações:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Nos casos em que o terceiro programa for um
--	--

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	<p>curso da região norte e dos estados de GO, MT, MS e que estejam nas áreas prioritárias: tecnológicas e formação de professores para a educação básica;</p> <ul style="list-style-type: none">▪ No caso em que o terceiro programa for um curso de mestrado profissional;▪ No caso em que o terceiro programa for um curso de pós-graduação em temas de inovação científica e/ou tecnológica e de relevância estratégica para o país. <p>As atividades dos docentes nos programas que atuam serão somadas e avaliadas pelos parâmetros da área.</p> <p>Os professores visitantes e colaboradores não serão avaliados para a contagem de vínculos.</p> <p>Os procedimentos relativos ao credenciamento e renovação de credenciamento de docentes devem estar descritos na proposta do Programa e declarados em seu regimento, evidenciando-se que as mesmas foram aprovadas pela coordenação do programa ou órgãos da instituição competentes.</p> <p>Quanto a oscilação do corpo docente permanente, o artigo 1º da Portaria CAPES nº 01, de 04 de janeiro de 2012, estabelece:</p> <p>“§1º A estabilidade do conjunto de docentes declarados como permanentes pelo programa será objeto de acompanhamento e de avaliação sistemática pelas coordenações e comissões de avaliação de área e pela Diretoria de Avaliação.</p> <p>§2º Por ocasião das avaliações dos programas, será requerido dos mesmos as justificativas das ocorrências de credenciamentos e descredenciamentos, ano a ano, dos integrantes dessa categoria de acordo com as regras bem definidas que devem constar obrigatoriamente nos respectivos regimentos.”</p>
--	--

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>Desta maneira, a proposta do programa deve esclarecer as razões para a oscilação da composição de seu núcleo de docentes permanentes. Os casos de morte, aposentadoria serão descontados para a avaliação da oscilação. Desta maneira, a proposta do programa deve esclarecer as razões para a oscilação da composição de seu núcleo de docentes permanentes, as razões para o credenciamento de novos professores permanentes e a não renovação de credenciamento dos docentes ao longo do triênio.</p>
<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.</p>	<p>20%</p>	<p>Analisa-se a atuação dos docentes permanentes em atividades no programa:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Cada núcleo de docentes permanentes deve ser responsável por, ao menos, uma carga de 30 horas-aula anuais no Programa. Situações específicas de professores do núcleo de docentes permanentes que não ministraram disciplinas no programa ano-base em razão de ocuparem cargos de gestão ou por se encontrarem em estágio pós-doutoral ou outros afastamentos acadêmicos, são consideradas na avaliação;b) Liderança de projetos em organizações públicas ou privadas;c) Condução de orientação de discentes do programa.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

3 – Corpo Discente e Trabalho de Conclusão	30%	
<p>3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa.</p>	30%	<p>Avalia-se a proporção de titulados em cada ano, tendo como base o número de discentes no final do ano-anterior. Os cálculos são aplicáveis apenas para programas com três anos ou mais de funcionamento.</p> <p>Avalia-se a distribuição, os mínimos e os máximos de orientações concluídas e o estoque de orientações por docente permanente. Serão somadas orientações de todos os programas que o professor participar como permanente ou colaborador.</p> <p>Exceções: Orientações de Mestrado Interinstitucional (MINTER), Doutorado Interinstitucional (DINTER), que devem ser informadas pela coordenação do programa por docente. Professores que se afastarem para estágio sênior ou como visitante em outra instituição pelo período igual ou maior que um ano.</p>
<p>3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos.</p>	40%	<p>Avalia-se a composição das comissões avaliadoras (banca); e a vinculação dos trabalhos de conclusão às linhas de atuação do programa.</p> <p>Todas as comissões avaliadoras devem incluir examinadores externos ao curso.</p> <p>Dois membros das comissões avaliadoras devem atuar como pesquisador na área temática do programa. Também poderá compor a comissão avaliadora, como terceiro membro, profissional de mercado detentor de reconhecida competência profissional na área temática do trabalho em exame.</p> <p>Avalia-se, ainda, a participação de discentes e egressos autores na produção científica, técnica e tecnológica do programa, referenciada respectivamente no Qualis Periódicos da área ou livros classificados pela área, bem como nos produtos técnicos e tecnológicos assim definidos pela área. Considera-se o percentual de discentes</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>e egressos autores nos trabalhos produzidos em relação ao número de discentes do programa no final do ano anterior e egressos dos últimos três anos. O item é aplicável para cursos com mais de dois anos de funcionamento. Admitem-se publicações de egressos do programa com até dois anos após a titulação de mestrado. A produção conjunta entre docentes e alunos do programa é valorizada.</p> <p>Avalia-se a qualidade dos trabalhos de conclusão e o alinhamento destes à proposta do curso e linha(s) de atuação.</p>
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos	30%	Avalia-se a aplicabilidade do trabalho de mestrado desenvolvido junto a setores não acadêmicos, órgãos públicos e privados, incluindo o terceiro setor.
4 – Produção Intelectual	30%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente	30%	<p>Considera-se a pontuação média anual por docente permanente, levando em conta a produção intelectual alinhada à proposta do curso publicada sob a forma de artigos em periódicos do Qualis da área, livros e capítulos de livros devidamente avaliados pelo Comitê de Área.</p> <p>Se o docente participar como permanente em mais de um Programa sua produção bibliográfica será integralmente considerada pela área em cada programa.</p> <p>A pontuação média anual é calculada acumulando-se a pontuação correspondente à produção qualificada total do núcleo de docentes permanentes do programa, considerando-se apenas uma vez cada publicação, caso haja múltiplos autores docentes do mesmo programa, dividindo-se pelo número de docentes permanentes em atuação no programa naquele ano.</p> <p>A média final do triênio será calculada de forma ponderada, ou seja, é a somatória da média anual da produção ponderada pelo número de professores do núcleo de docentes permanentes</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>no ano, dividida pelo somatório do número de docentes de cada ano do triênio.</p> <p>No caso de migração de docente do núcleo de docentes permanentes para programa de outra instituição, a produção registrada no Coleta de Dados do ano da migração nos dois programas será contabilizada para o programa em que o docente permanente atuava.</p>
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes	20%	<p>Analisa-se qualitativamente a produção tecnológica e técnica do programa. São exemplos de produção tecnológica: casos e materiais para ensino presencial e a distância, produção protegida por registro ou depósito de patentes, modelos de gestão, modelos de análise de dados e informações, instrumentos padronizados de Coleta de Dados, aplicativos, produtos, tecnologias de processo e de produto, tecnologias de gestão ou de operação, marcas e softwares desenvolvidos, com ou sem registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).</p> <p>São exemplos de produção técnica: pareceres e perícias técnicas, planos elaborados, devidamente documentados, consultoria a agências de fomento ao ensino e pesquisa, avaliação de trabalhos submetidos a periódicos e a eventos científicos, organização de evento científico, editoria científica.</p>
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa	30%	<p>Avalia-se a distribuição das produções bibliográficas, técnicas e tecnológicas dos itens 4.1 e 4.2 entre os docentes permanentes do programa.</p> <p>Os docentes que atuarem no programa em apenas parte do triênio serão avaliados de maneira proporcional ao período de atuação.</p>
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa	20%	<p>Avalia-se a relação entre a produção científica, técnica e tecnológica do núcleo de docentes permanentes e a(s) respectiva(s) área(s) de concentração e linha(s) de atuação do programa.</p> <p>Item avaliado de forma qualitativa pela comissão</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		de área com base nas informações prestadas pelo programa, observando ainda a importância para o desenvolvimento científico e tecnológico, âmbito de circulação e disseminação.
5 – Inserção Social	20%	
5.1. Impacto do Programa	40%	<p>Avalia-se o impacto, com base em informações qualitativas e quantitativas fornecidas pelo programa, abrangendo as seguintes dimensões:</p> <p>a. educacional – contribuição para a formação de docentes para todos os níveis da educação, valorizando-se, sobretudo participação em programas de melhoria de ensino fundamental e médio;</p> <p>b. social – formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade civil que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento e formação de professores para o ensino de graduação;</p> <p>c. cultural – formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural e artístico, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e às artes e ao conhecimento nesse campo;</p> <p>d. tecnológico/econômico – contribuição para o desenvolvimento microrregional, regional ou nacional destacando os avanços produtivos gerados, entrevistas, matérias em jornais, conselhos tutelares e deliberativos; disseminação de técnicas e conhecimentos.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.</p>	<p>20%</p>	<p>Avaliam-se especialmente ações como:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. participação em programas sistemáticos de cooperação e intercâmbio; b. participação em projetos de cooperação entre programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa ou o desenvolvimento da pós-graduação em regiões ou mesorregiões geográficas cuja pós-graduação na área seja relativamente menos desenvolvida; c. atuação como professores visitantes; d. participação em programas como PQI, Dinter/Minter, PROCAD e similares; e e. participação em atividades de apoio a melhoria de ensino de pós-graduação e de graduação.
<p>5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.</p>	<p>20%</p>	<p>Avaliam-se especialmente ações como:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições, voltados para a inovação na pesquisa e o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região; b. abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados; e c. introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos, etc.), no âmbito do Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.
<p>5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa.</p>	<p>20%</p>	<p>Avaliam-se especialmente os seguintes aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. manutenção da página web para a divulgação, de forma atualizada, de dados do programa, critérios de seleção de alunos, parte significativa de sua produção docente, financiamentos recebidos da CAPES e de outras agências públicas e entidades privadas, etc.; e b. garantia de amplo acesso aos trabalhos de conclusão, pela web, conforme Portaria CAPES nº 13/2006, que torna obrigatória essa providência.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

VI. Considerações e definições sobre internacionalização/inserção internacional

O grau de internacionalização de um programa de pós-graduação *stricto sensu* pode ser definido como a intensidade de seu trânsito em grupos de pesquisa e de formação em pesquisa atuando em outros países. A internacionalização será maior quanto maior for o número de grupos no exterior que o programa atua em conjunto. A repercussão científica desta atuação será maior quanto mais bem reputado sejam os grupos interlocutores do programa. Esta atuação deverá gerar fluxos de pesquisa, pessoas e recursos materiais e financeiros nos dois sentidos – entrada e saída do programa. O elemento qualificador para esta atuação é a qualidade científica das atividades do programa e o tempo é essencial para criar estas relações. A internacionalização decorre de ações contínuas, planejadas não apenas no nível do programa, mas também no nível institucional. As condições do entorno, do ambiente externo também ajudam a pressionar, direcionar e incentivar.

A maneira mais objetiva para avaliar a internacionalização de um grupo seria ter dados sobre redes mundiais de pesquisa e com isso avaliar a intensidade e a centralidade dos programas nesta rede. Como isso ainda é incipiente, outros indicadores tem sido apontados como aproximações para avaliar a internacionalização de programas, tais como: intercâmbio de alunos e professores com instituições internacionais bem reputadas (sanduíche, pós-doutorado, etc.); publicação em periódicos editados no exterior, quando maior o fator de impacto do periódico, mais valorizado; receber/enviar professores visitantes (quanto mais sênior o professor e mais produção de impacto ele tem, mais valorizado; liderar e/ou participar de grupos/redes/projetos de pesquisa que tenha pesquisadores de diferentes partes do mundo; publicações conjuntas com pesquisadores estrangeiros no Brasil ou exterior, quanto mais relevante o pesquisador e maior o fator de impacto o periódico, mais valorizado; participação de docentes/discentes em eventos/congressos internacionais; participação em comissões organizadoras de eventos internacionais realizados no Brasil ou no exterior; membros de conselho editorial de periódicos; editoria científica de periódico de impacto elevado no estrangeiro; ter projeto de pesquisa financiado por agência internacional; ser *referee* em periódicos e/ou eventos internacionais; participar de bancas no exterior; cotutela ou co-orientação de teses de instituições do exterior, entre outros.

As ações que objetivam a internacionalização devem ser empreendidas pelos programas e entre elas estão: mobilidade de docentes e discentes para atuarem em atividades científicas no exterior; oferta de disciplinas e cursos diferenciados; oferta de disciplinas em idioma inglês, chinês ou outro; prospecção e atração de estudantes estrangeiros para integrar o quadro discente dos programas; calendários escolares que permitissem maior flexibilidade; contratação de professores referência internacional para atuarem parte do ano nos programas, entre outras possibilidades.

Os programas da área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo têm empreendido no sentido de buscar a internacionalização, considerando os parâmetros apontados nos parágrafos anteriores e foi possível observar isso no triênio 2007-2009 e tomando como referência o crescimento do número e

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

impacto dos periódicos com publicação da área, a participação de professores em eventos do estrangeiro e a participação de professores visitantes nos programas, acredita-se que no triênio 2010-2012 tenha ocorrido um aumento significativo do grau de internacionalização da área e de seus programas.

A indicação para a nota 6 ou 7 será reservada aos programas com doutorado avaliados com nota 5 na primeira etapa de avaliação. O programa candidato a nota 6 ou 7 deverá ter desempenho diferenciado em relação aos demais programas da área e sua atuação equivaler àquela de centros internacionais de excelência na área. Esta atuação será avaliada com base nos parâmetros apontados acima. O impacto nacional do programa e sua importância para a formação de recursos humanos serão avaliados. Programas com notas 6 e 7 devem possuir posição consolidada nacionalmente na formação de doutores, explorando seu potencial de formação de pessoas, e a relação entre sua contribuição para a pesquisa e a utilização dessa competência como oportunidade para a formação de recursos humanos de alto nível. A liderança nacional na nucleação de programas de pós-graduação e de grupos de pesquisa é analisada, verificando-se se o programa tem contribuição relevante, destacada dos demais programas da área, na nucleação de grupos de pesquisa ou de pós-graduação no Brasil – isto é, se o programa formou doutores que desempenham papel significativo em outros cursos de pós-graduação ou em grupos de pesquisa ativos.

Adicionalmente verifica-se a existência de ações e formas inovadoras na pesquisa e na formação de mestres e doutores, avaliando-se seus resultados, e o papel do programa como polo de atração para a realização dos projetos de estágios seniores ou pós-doutorais ou de atividades similares, assim como de alunos para doutorados sanduíche.

Indicadores

A avaliação visa identificar um conjunto de atividades que evidenciem a maturidade e a qualidade das atividades do programa de excelência: produção de reconhecida qualidade na área; captação de recursos externos para pesquisa, em especial, financiamento internacional; envio regular de alunos de doutorado para estágio sanduíche em instituições estrangeiras; convênios baseados em reciprocidade e na forma de redes de pesquisa; intercâmbio que envolva financiamento recíproco entre os parceiros; participação em bancas no exterior; produção intelectual em cooperação com pesquisadores estrangeiros; participação de docentes em editoria internacional e arbitragem de artigos em periódicos qualificados; participação em editais internacionais; intensidade da mobilidade internacional de docentes e discentes, tanto no envio quanto no recebimento; estímulo a programas de doutorado-sanduíche e pós-doutorado com produção científica vinculada a temas internacionais; cotutela; dupla titulação com programas de referência no exterior; participação de docentes permanentes em comitês de organização de eventos internacionais e em organizações internacionais; participação internacional de docentes permanentes como professores visitantes; prêmios e reconhecimento de nível internacional; conferências e palestras no exterior; cursos ofertados no Brasil por docentes/pesquisadores estrangeiros e em língua inglesa, entre outros.



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

A consolidação e a liderança nacional do Programa como formador de recursos humanos para a pesquisa e a pós-graduação serão avaliadas pelo desempenho do Programa na formação de recursos humanos e de nucleação de grupos de pesquisa em outros estados e regiões do país, sendo observados a situação atual e o histórico do Programa como formador de recursos humanos, considerando a inserção dos discentes e egressos no sistema de pesquisa e pós-graduação. Serão também considerados os convênios interinstitucionais para a formação de recursos humanos (do tipo DINTER ou MINTER) e para a realização de pesquisa (editais de cooperação interinstitucionais, tipo PROCAD e outros) como indicadores de integração e solidariedade com outros programas, com vistas ao aprimoramento do sistema de pós-graduação.

As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para os programas com doutorado que obtiveram nota 5 e conceito “Muito Bom” em todos os quesitos (Proposta do Programa; Corpo Docente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social) da ficha de avaliação e que atendam, necessariamente, a três condições:

- **Nota 6:** predomínio do conceito “Muito Bom” nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito “Bom” em alguns itens; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).
- **Nota 7:** conceito “Muito Bom” em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) altamente diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).



Comissão de Área - Avaliação

Período de Avaliação: 2010 a 2012**Etapa:** Avaliação Trienal 2013**Área de Avaliação:** 27 - ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO

Comissão Responsável pela Avaliação:	Sigla IES	
ALEXANDRE DE PADUA CARRIERI	UFMG	Consultor(a)
ANA AUGUSTA FERREIRA DE FREITAS	UECE	Consultor(a)
ANDRE LUIZ MARANHÃO DE SOUZA LEAO	UFPE	Consultor(a)
ANIELSON BARBOSA DA SILVA	UFPB/J.P.	Consultor(a)
ARIDELMO JOSE CAMPANHARO TEIXEIRA	FUCAPE	Coordenador(a) Adjunto(a) Mestrado Profissional
BRUNO LAZZAROTTI DINIZ COSTA	FJP	Consultor(a)
CLANDIA MAFFINI GOMES	UFSM	Consultor(a)
CLÁUDIA ECHEVENGUÁ TEIXEIRA	UNINOVE	Consultor(a)
DANNY PIMENTEL CLARO	Inspere	Consultor(a)
DARIO DE OLIVEIRA LIMA FILHO	UFMS	Consultor(a)
EDUARDO KAZUO KAYO	USP	Consultor(a)
ELIANE PEREIRA ZAMITH BRITO	FGV/SP	Coordenador(a)
ELOISE HELENA LIVRAMENTO DELLAGNELO	UFSC	Consultor(a)
ELOISIO MOULIN DE SOUZA	UFES	Consultor(a)
EMILIO JOSE MONTERO ARRUDA FILHO	UNAMA	Consultor(a)
ERNANI OTT	UNISINOS	Consultor(a)
FELIPE MENDES BORINI	ESPM	Consultor(a)
FILIPE JOAO BERA DE AZEVEDO SOBRAL	FGV/RJ	Consultor(a)
GERLANDO AUGUSTO SAMPAIO FRANCO DE LIMA	USP	Consultor(a)
GERSON TONTINI	FURB	Consultor(a)
HEITOR TAKASHI KATO	PUC/PR	Consultor(a)
HILKA PELIZZA VIER MACHADO	UEM	Consultor(a)
JACQUELINE VENEROSO ALVES DA CUNHA	UFMG	Consultor(a)
JOAO LUIZ BECKER	UFRGS	Consultor(a)
JORGE MANOEL TEIXEIRA CARNEIRO	PUC-RIO	Consultor(a)
JOSE ALONSO BORBA	UFSC	Consultor(a)
LETICIA MOREIRA CASOTTI	UFRJ	Consultor(a)
LUCIANA MARQUES VIEIRA	UNISINOS	Consultor(a)
MARCELO GATTERMANN PERIN	PUC/RS	Consultor(a)
MARCIA MARTINS MENDES DE LUCA	UFC	Coordenador(a) Adjunto(a)
MILTON DE ABREU CAMPANARIO	USP	Consultor(a)
MIRIAN REJOWSKI	UAM	Consultor(a)
MONICA DE AGUIAR MAC-ALLISTER DA SILVA	UFBA	Consultor(a)
MOZAR JOSE DE BRITO	UFLA	Consultor(a)
RAFAEL ALCADIPANI DA SILVEIRA	FGV/SP	Consultor(a)
RAFAEL BARREIROS PORTO	UNB	Consultor(a)
RENATA PEREGRINO DE BRITO	IBMEC	Consultor(a)
REYNALDO CAVALHEIRO MARCONDES	UPM	Consultor(a)
ROBERTO PATRUS MUNDIM PENA	PUC/MG	Consultor(a)
ROSILENE MARCON	UNIVALI	Consultor(a)
TALES ANDREASSI	FGV/SP	Consultor(a)
VALCEMIRO NOSSA	FUCAPE	Consultor(a)
VERA MARIA RODRIGUES PONTE	UFC	Consultor(a)